



38ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
26 de maio de 2009 – 9:30h
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

PAUTA

Expediente:

I Aprovação da ATA da 35ª Reunião Ordinária do CONFEMA, de 17 de março de 2009.

II EXPOSIÇÃO SOBRE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FEMA: ASPECTOS LEGAIS
Dr. Leandro Brasil Chaves - Chefe de Assessoria jurídica da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

III Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- Desfazimento e demolição de construções irregulares localizadas em áreas de proteção ambiental, nas Subprefeituras: Pirituba/Jaraguá, Freguesia do Ó/Brasilândia, Perus, Casa Verde, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé. (Pocesso 2007-0.335.278-0)
- Projeto “Educação Ambiental vinculada ao manejo de cães e gatos nos Distritos Administrativos da Perus/ Anhanguera” proposto pelo Setor de Zoonoses da SUVIS Perus.
- Solicitação de prorrogação de prazo para entrega de projetos para concorrer ao Edital FEMA 07/2009 para 30 de junho proposto pelas entidades que compõe o Fórum Agenda 21 Macro Leste.



Coordenadora Helena Magozo: A todos e a todas, então nós vamos dar início a 38º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, aqui na UMAPAZ. Luis por favor. Pedir que os conselheiros se sentassem. Nós vamos começar com a aprovação da ata da 35º Reunião Ordinária do CONFEMA de 17/03/2009, que os conselheiros receberam por e-mail. Os conselheiros. Luis por favor, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata permaneçam como estão. Então a ata foi aprovada com unanimidade. Nós vamos então para exposição sobre destinação de recurso do FEMA no seus aspectos legais, essa exposição vai ser feita pelo Doutor Leandro Brasil Chaves, que é o chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, por favor Leandro.

Dr. Leandro Brasil Chaves: Bom dia! A Helena conversou comigo nesse mês sobre algumas dúvidas no que se refere à aplicação de recursos do fundo estadual do meio ambiente, fundo estadual não, fundo especial do meio ambiente desenvolvimento sustentável. Os questionamentos eu acho, para que a gente possa tentar compreender melhor onde esses recursos eles são possíveis de serem aplicados uma análise da legislação da lei 14.887 do decreto e das resoluções elas fazem necessárias, então os recursos eles poderão ser utilizados apenas para programas e projetos, esses apenas programas e projetos eles devem estar de acordo com os objetivos, as diretrizes e os princípios da política do meio ambiente, ligada aos SIS, decorrente do SISLAN, além disso ela tem que estar de acordo também, com as diretrizes do CADES, e aprovação do conselho do fundo, essa aprovação do conselho do fundo então ela tem que observar justamente tudo isso e entender, verificar sobre os aspectos técnicos encaminhando aos setores técnicos da secretaria e os aspectos financeiros para aprovação desses recursos. Uma questão que foi levantada pelo tribunal de contas seria se esses projetos, se eles poderiam ser aprovados em razão de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho e isso foi questionado pelo tribunal de contas que entendeu que cada projeto deve ser aprovado individualmente, acho que essa correção já foi feita e todos os projetos hoje são aprovados individualmente. Aí surgiram alguns questionamentos pontuais sobre a questão, se os recursos do fundo poderiam ser aplicados em obras? Acho que esses recursos eles já vem sendo aplicados em obras e aí até se discutiu se pode ser aplicado recurso, se questionando se o recurso for decorrente de fontes diversas dos créditos de carbono poderiam ser ou não aplicados em obras, pelo que estudei eu entendi que não há diferença entre o recurso que é proveniente do crédito de carbono ou o recurso que seja proveniente de outras receitas que foram definidas na lei, eu acho que o raciocínio que tem que ser feito é da seguinte forma, eu tenho então um plano programa projeto que tem que estar de acordo com as diretrizes, os objetivos da política nacional estadual municipal do meio ambiente, o CADES é normalmente pelo decreto determina essas diretrizes, diretrizes mais pontuais, que foi uma opção acho que da Secretaria, entendi pelo menos dessa forma, em não fechar o rol que outros decretos ou outras leis que tratam de foros estaduais, municipais, federais, às vezes o rol embora exemplificativo ele elenca um maior número de possibilidades e até elenca algumas vedações de forma mais explícita, então a gente tem uma possibilidade de fazer uma análise, uma análise caso a caso e sempre deve ser observado esses princípios ligados a políticas, diretrizes, princípios, diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, assim eu posso realizar obra com o dinheiro do fundo? Então o que significa uma despesa de capital ou investimento que vai fazer parte então do patrimônio da prefeitura, eu acredito que sim, desde que os projetos estejam de acordo com a legislação municipal com as diretrizes definidas tanto pela legislação como pelo CADES que o CONFEMA analise criteriosamente, verifique que tais diretrizes estão em consonância com a política nacional, com a política municipal, com a política estadual e após apreciação dos órgãos técnicos e verificada a viabilidade financeira, poderiam ser realizadas obras independentemente dos recursos advirem do crédito de carbono ou de outras fontes. Outro questionamento que sempre vem à tona, esse daí é bem mais tranquilo



porque o próprio decreto já veda, é despesa com pessoal, então o decreto já veda me parece que tem uma razão para que isso ocorra, porque aí sim eu acho que aplicação desses recursos com despesa de pessoal elas devem realmente ser realizadas pelo próprio órgão orçamentário, pela secretaria deve estar definido isso na lei da orçamento e acho que representaria um desvio de finalidade a aplicação desse recurso com despesa com pessoal.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Dr. Leandro Brasil Chaves: Sim, sim... Não, não, lógico.

Orador não identificado: Pessoal que trabalharia para o fundo.

Dr. Leandro Brasil Chaves: Não

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Dr. Leandro Brasil Chaves: Aí tem um outro questionamento, se poderiam ser aplicados os recursos do fundo em projetos da Secretaria do Verde?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Dr. Leandro Brasil Chaves: Acredito que não poderia ser diferente, depois de ter feito uma análise, porque as diretrizes da Secretaria do fundo elas não tem como não se confundir, na medida que tanto a secretaria quanto a política do fundo ela tem por prioridade a defesa em sentindo amplo do meio ambiente, então os projetos do fundo eles sempre acabam se confundindo, então eu tenho que fazer análise caso a caso, obviamente se eu já tenho o recurso previsto para uma determinada obra eu vou utilizar o recurso do fundo especial do meio ambiente, sempre de acordo com aquela máxima, então analiso sempre o programa, o projeto, verifico se ele está compatível com a política do meio ambiente, as diretrizes, os princípios, as diretrizes estabelecidas pelo CADES, depois então o CONFEMA analisa e aprovando não vejo nenhum problema para aplicação desse recurso nesse caso. Aí o outro questionamento se esse recurso poderiam ser aplicados em aquisições, desapropriações de áreas para implantação de áreas verdes, criação de reservas e etc? Acho que a gente tem que partir sempre para o mesmo raciocínio acho que o raciocínio você vai fazer sempre a análise, se tiver de acordo com aquilo que está definido como de política da defesa do meio ambiente eu posso sim adquirir uma área, desde que lógico obedecido os princípios da administração pública também, não vejo nenhum problema na aquisição dessas áreas, dentro da definição de um projeto de preservação para o Meio Ambiente. Uma questão mais complexa que assim eu não vou fechar a questão, mas eu entendo que precisa ser mais bem analisada é a questão dos programas contínuos, se eu posso utilizar os recursos FEMA para despesas correntes de manutenção, que seriam renovados anualmente? Até pela própria opção da secretaria no sentindo de que o CADES ele aprova anualmente, determina anualmente essas diretrizes me parece que o recurso ele tenha por finalidade algo de longo alcance, como a gente trabalhar uma manutenção diária e então fazer uma preservação, um contrato que pudesse ser prorrogado por 60 meses, então eu acho que não haveria impedimento de se fazer um projeto de manutenção desde que pontual, dentro daquilo que foi estabelecido naquele ano, não uma coisa que fosse encaminhado depois para assessoria para prorrogação, porque aí sim se confundiria com aquilo que a gente deve utilizar com os recursos do orçamento, meu raciocínio foi nesse sentido, eu acho que não, que seja vedado, acho que tem que ser feito uma análise criteriosa pontual dentro daquilo que foi estabelecido pela própria secretaria no sentido de que o CADES define anualmente a suas diretrizes básicas para isso. Se poderiam ser comprados equipamentos mobiliários em geral, para estrutura do próprio fundo? Eu acho que a gente volta de novo, a



gente tem que fazer o mesmo raciocínio, a gente tem que justificar as aquisições, mais uma despesa de capital, as aquisições de acordo com as finalidades do fundo, de acordo com a política do Meio Ambiente, de acordo com as próprias diretrizes estabelecidas pelo CADES, então o CADES entende que há necessidade, justifica a necessidade, coloca as diretrizes no sentido de que precisa equipar o fundo para que essa, porque seja, melhor analisado, melhor utilizado, ter uma estrutura mais adequada para aplicação dos seus cursos, para desenvolvimento do próprio fundo, eu não vejo problema também, desde que passe por todos os passos passando pela aprovação final pelo conselho de forma individualizada, não vejo também maiores problemas na aquisição de materiais. Nós temos no que se refere à despesa de capital de investimento, onde ocorre um aumento de patrimônio público a possibilidade de aquisições de imóveis necessários à realização de obras ou aquisições de instalações de equipamentos em materiais permanentes, desde que inserido em um plano programa projeto que atenda as diretrizes, objetivos e princípios da política do meio ambiente, de acordo com as diretrizes estabelecidas naquele ano pelo CADES, sendo aprovado pelo CONFEMA, obedecendo as regras para contratação definidas pela administração pública, acho que o processo fica bem tranquilo e a gente não vai ter maiores questionamentos por parte do Tribunal de Contas, uma coisa que me deixou bem tranquilo para poder afirmar a possibilidade de se aplicar os recursos com contratação de obras, era uma coisa que eu até conversando com o Hélio havia uma certa resistência da Assessoria Jurídica, por isso que causa uma preocupação, tinha uma resistência anterior a gente geralmente fica preocupado porque algum motivo tem, foi o próprio relatório, relatório da auditoria do tribunal de contas que analisou diversos projetos e o único que ele julgou a priori com problemas, seria o plano de bairros de Perus, porque ele deu uma previsão na lei de que aquilo seria competência, esse plano seria decorrente de um plano, deveria estar inserido dentro de um plano de urbanização que seria de competência da subprefeitura, nos demais embora tenha havido aquisições, tenha havido obras o tribunal de contas ele julgou as nossas obras e aquisições como corretas, só questionou também quando não houve aprovação individualizada pelo conselho, então se nós tivermos a preocupação de seguir o procedimento de não utilizar esses recursos para despesas com funcionários públicos, com despesas com pessoal da administração, se nós trabalharmos de acordo com as diretrizes do CADES e essas diretrizes tiverem estabelecidas, foram estabelecidas com cautela e de acordo com a política do meio ambiente, acho que a gente não vai ter maior problema na aplicação desses recursos. Um outro questionamento, não é nem um questionamento, do próprio tribunal de contas, uma observação na verdade é com o advento da nova lei o decreto anterior regulamentava a lei anterior, assim como o regimento, embora não haja uma dissonância do decreto com a lei, o tribunal de contas, não precisaria o tribunal de contas dizer na verdade, há necessidade de uma revisão nesse decreto, como dar revisão nesse decreto a gente pode até estabelecer uma forma diferente, estudei um pouquinho o que eu encontrei do fundo estadual do meio ambiente lá de Santa Catarina e eles definem o decreto embora não em rol taxativo as possibilidades de aplicação desses recursos e também deixa explícita as vedações, mas ele deixa explícita as vedações de aplicações do recurso do que dispõem sobre as possibilidades de aplicações desses recursos, analisando os dois eu acho mais conveniente a nossa opção, que a gente fica com uma margem de manobra maior, então a gente pode realmente de acordo com as necessidades daquele ano estabelecer as diretrizes que são compatíveis até os recursos que serão aplicados e com as nossas necessidades e acho que fica de uma forma mais adequada, mas não deixa de ser uma opção para a gente analisar até o término da revisão do decreto do regimento, muito embora o decreto teoricamente ele pudesse até se fosse possível que eu entendo que não é, ser recepcionado porque ele é plenamente compatível com a nova lei, há necessidade de revisão ainda que a gente o faça nos mesmos termos com algumas pequenas adaptações. Acho que era isso, se tiver alguma questão para debater.



Coordenadora Helena Magozo: Me deixa só explicar para vocês, aqui também está presente o Lucas, o Lucas que é responsável, ele acompanha todo o orçamento da secretaria e ele é então do departamento, mudou o nome, de administração e finanças, então me deixa dizer para vocês, na verdade o que o Dr. Leandro colocou foi porque foram questões que nos ocorreram que eram as mais freqüentes, nós estamos abertos a qualquer pergunta dos conselheiros, eu dirigindo no sentido assim de questões mais freqüentes que nos ocorriam que vocês nos traziam para gente dirigir um pouco mais a fala do Dr. Leandro, mas está aberto, obviamente, para posicionamento, pois não Luis.

Cons. Luis Ferrua: Luis Ferrua, da CIRANDA, eu tenho um questionamento a respeito principalmente dos contratos de certo vulto que vem sendo feitos na região de Perus e que envolve OSCIPs, você diz que para a obra, se esses recursos podem ser destinados para obras, a minha dúvida é a seguinte, face ao vulto de alguns desses contratos se a lei 8.666, não seria aplicável?

Coordenadora Helena Magozo: Luis, eu quero explicar uma coisa nós nos guiamos pela lei 866, nenhuma obra está sendo realizada por OSCIP em Perus, só para deixar claro.

Cons. Luis Ferrua: Mas aí é que está, mas ele...

Coordenadora Helena Magozo: Todas as obras aprovadas aqui elas estão seguindo rigorosamente a lei 866, elas são submetidas a licitação dentro da própria subprefeituras, não existe esse caso que você falou.

Cons. Luis Ferrua: Eu concordo.

Coordenadora Helena Magozo: Não, é para deixar claro, não existe caso de obras que está sendo realizada por OSCIP.

Cons. Luis Ferrua: Mas ainda abriu essa oportunidade

Coordenadora Helena Magozo: Aliás. Oi?

Cons. Luis Ferrua: Abriu essa oportunidade.

Coordenadora Helena Magozo: Não.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Cons. Luis Ferrua: Na administração pública mas muito dos estilos dos fundos aqui destina a OSCIPs.

Coordenadora Helena Magozo: Então deixa eu falar para você o diferencial

Cons. Luis Ferrua: Se isso ocorrer como é que fica?

Coordenadora Helena Magozo: Luis me deixa falar uma coisa para você, é o seguinte o tribunal ele teve lá muito tempo com a gente, ele avaliou, ele se concentrou nos créditos de carbono acho até pelos vultos dos recursos e tal, ele avaliou muitos projetos aprovados ele não colocou uma linha em relação aos convênios, são convênios, para diferenciar contratos de convênio, são convênios assinadas com entidades privadas sem fins lucrativos que foram selecionadas através de edital, houve uma avaliação técnica estavam dentro, o próprio edital coloca que está atendendo as diretrizes colocadas pelo CADES e a política



municipal depois de avaliadas tecnicamente elas vêm para avaliação do CONFEMA, então são convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, através de edital, que é um processo de publicação e transparência. As obras aprovadas elas são submetidas a licitação por contrato, não tem essa, não existe esse fato que você está colocando, só quero diferenciar e gostaria de sanar qualquer dúvida que os conselheiro tivessem a esse respeito para a gente não confundir, não tem um obra desse, de Perus por exemplo que foi aprovado aqui que não seja por contrato e por processo licitatório e não convenio, são situações diferentes.

Cons. Luis Ferrua: A hipótese que eu parti é eventualmente termos um convênio, vamos chamar assim com uma OSCIP por exemplo de Perus.

Coordenadora Helena Magozo: Olha é o seguinte, se tiver...

Cons. Luis Ferrua: E aí envolver uma obra, porque até agora nós não....

Coordenadora Helena Magozo: Não pode, porque aí....

Cons. Luis Ferrua: Nesse caso, eu estou indo também, partindo de uma suposição. Mas isso é uma coisa que me preocupa.

Coordenadora Helena Magozo: A não, então eu acho que é o Leandro que tem que te responder, isso é uma suposição. O Leandro, Lucas, por favor.

Lucas: Meu nome é Lucas, inclusive no nosso orçamento todos os recursos que estão disponíveis para fazer esse convênio, são despesas convites não são despesas de capital, então não tem como fazer uma obra com esses recursos destinados com convênios com as OSCIPS.

Coordenadora Helena Magozo: Então é bom esclarecer, porque são coisas diferentes, porque aí você estaria usando o instrumento inadequado, você quer dizer, um convênio onde devia ser um contrato e tem uma vedação legal que nós sempre entendemos desde o princípio. Mas alguma questão? Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Agradecemos ao procurador a atenção de ter vindo até o nosso conselho dar essas informações que são muito importantes e gostaríamos de manter esse contato continuamente, quanto à revisão da lei que instituiu o FEMA é um pedido meu desde o início porque eu faço parte do primeiro grupo que foi indicado pelas Associações para representar a população e depois passei por outras eleições, representando outros grupos enfim, então o que eu reclamei na reunião que foi apresentada essa possibilidade de com o dinheiro do FEMA de se adquirido uma casa no Parque Natural da Cratera de Colônia, a minha primeira questão seria a maneira com que isso foi apresentado ao conselho, foi apresentado, eu estou lendo aqui a pauta, foi apresentada como informe sobre uso de recurso para execução da sede do Parque Natural da Cratera de Colônia.

Coordenadora Helena Magozo: Miriam deixa eu falar uma coisa, na vez anterior estava na ordem do dia, o conselho pleiteou e justamente porque nós temos que dar todas as informações que o conselho nos coloca, pleiteou maiores informações sobre a questão da construção de uma sede no Parque Natural da Cratera, o que aconteceu? Nesse meio tempo...

Cons. Miriam Barcellos: Não.



Coordenadora Helena Magozo: Deixa eu explicar, nesse meio tempo caiu essa pauta porque nós tivemos a chegada do orçamento executivo que superava em muito o recurso do Ministério Público que a gente usaria para essa destinação, então nós mantivemos a exposição no sentido do esclarecimento dos conselheiro mas independentemente de qualquer aprovação, foi uma exposição sobre a política pública municipal em áreas de mananciais e daí ter entrado em exposição e não na ordem do dia, porque eu expliquei, acho que ficou claro que houve essa mudança da reunião anterior para essa última.

Cons. Miriam Barcellos: Mas na ocasião foi apresentado dessa forma e o que causou um certo estranhamento porque nos pareceu uma forma bastante impositiva. Outro problema é o fato das leis, da lei que organiza a secretaria ter passado inclusive pela câmara e sendo aprovada e nessas leis constam o FEMA e o CADES e nós não fizemos parte desses estudos, fomos informados também, mas não fizemos parte desses estudos e isso é um estranhamento em relação ao momento em que o conselho foi constituído, a Estela Goldstein que criou esse conselho com muita capacidade com muito conhecimento ela discutiu com o conselho recém instituído todos os passos inclusive a formatação da lei, a formatação do regimento interno, então esse estranhamento fica manifestado também e nós gostaríamos que daqui por diante a participação do conselho fosse mais requisitada. Agora independente disso, quanto agora indo ao resumo, em fim ao ponto dessa discussão que seria essas leis e a questão de aquisição de material permanente de imóveis, móveis usados, imóveis para serem construído isso já apareceu em alguns projetos, foi um Projeto de Perus, Projeto da Prefeitura e eram a demolição de um prédio que estava impedindo de uma construção da própria prefeitura que estava impedindo um saneamento, uma solução para inundações que são freqüentes naquele local então dentro dessa situação e era na entrada de um parque o conselho aprovou que a verba fosse para essa demolição, não foi construção eram uma e eu fui uma das pessoas que mais me bati nesse caso, agora causa estranhamento também dentro dessa formatação da lei que acabou de sair, como acontece em muitas leis essa possibilidade de manejo como o senhor falou, não estou falando de má fé, mas é uma forma que muitas leis, não é só essa, deixam liberdade para inflexibilização, para modificações, no caso do FEMA como tratamos de financiamentos, como tratamos de uma verba que vem das multas que é decorrente do pagamento da própria população, como representante não de Secretarias, mas da população, eu me vejo na obrigação de discutir a aplicação dessa verba de uma forma mais explicitada eu acho que no caso do FEMA, precisa ficar realmente bem explicitada, nos termos da lei há um emprego dessas verbas no caso de aquisição de imóveis, eu tive até agora nesse momento consultando a nossa representante de finanças a Zânia e ela me disse confirmou o que eu acredito que exista na instituição, na organização da administração pública, existem instituições e secretarias prevista para fins desse tipo de financiamento, que a secretaria pode recorrer, nós podemos aprovar o projeto e as despesas virem então de uma dessas fontes criadas especialmente na estrutura do governo para financiar os imóveis e não deixar a menor dúvida quanto as aprovações do FEMA e mais no edital desse ano número 06 aparece para explicação, para as pessoas que vão apresentar projetos, na página 17, despesas não financiadas, 7.2. 1 - Taxa de administração de gerência ou similar. 2 – Custo de elaboração do projeto. 3 – Pagamento para qualquer tipo a servidor, empregado público como o senhor o senhor explicitou, não vou continuar. 4 – Taxas e tarifas bancárias e etc. 5 – Dividendos ou recuperação de capital investido. 6 – Despesas de manipulação corrente da instituição proponente ou parceiras. 7 – Financiamento da dívida. Agora, 8º, aquisição de bens imóveis usados. 9º - Aquisição de bens e imóveis. 10º - Despesas com publicidade, salvas de caráter educativo, informativo ou de orientação social das quais não constam nomes, símbolos ou imagens característicos de promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou pessoas integrantes das instituições proponentes, parceiras ou a elas ligadas direto ou indiretamente. Então, dentro desse documento que foi emitido pela própria secretaria eu tomo a liberdade de discordar.



Coordenadora Helena Magozo: Miriam, eu acho que tem um equívoco, é o seguinte, para quem que é dirigido esse edital? Esse edital é dirigido para entidades privadas sem fins lucrativos, esse edital, precisa diferenciar muito isso porque às vezes....

Cons. Miriam Barcellos: Estou diferenciando.

Coordenadora Helena Magozo: Falam tanto das duas coisas que a gente acaba se confundindo, então é para entidades privadas isso tudo a lei veda, eu não posso para uma entidade privada pagar uma dívida dela, eu não posso para uma entidade...

Cons. Miriam Barcellos: Sim

Coordenadora Helena Magozo: Porque tudo isso é para convênio, não é o que nós estamos falando aqui, são duas coisas Miriam, é importante falar quando é uso pela própria Instituição Pública que são as questões que mais a gente está discutindo aqui e esse edital, é o edital número 06 que é dedicado exclusivamente para convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

Cons. Miriam Barcellos: Muito obrigada senhora presidente, eu não tinha entendido isso, aliás foi como à senhora iniciou a nossa reunião hoje. Não é que eu não tenha entendido eu não acho que deva haver duas medidas.

Coordenadora Helena Magozo: Miriam, você está falando de serem, de ser sempre muito explícito. É nesse sentido que você está falando?

Cons. Miriam Barcellos: É, então, em relação ao governo eu acho que essa regra deve funcionar com muito mais rigor, aqui é uma explicação para as pessoas que não tem obrigação de entender as leis nem nada, agora o governo abrir na lei a possibilidade, a flexibilidade para que o dinheiro que vem pro fundo, proveniente de multas etc, etc, e que são resultado de dinheiro aplicado da população esse retorno para a população não pode ser diferente do que o retorno das facilidades dadas ao governo, quer dizer, o governo tem instituições, o que eu estou afirmando novamente, tem instituições especializadas para adquirirem imóveis, para fazer todo esse tipo, então o conselho, volto a repetir, pode aprovar o projeto mesmo sendo da secretaria, ou sendo como esse que foi de uma discussão com a prefeitura mas onde a verba deve provir das instituições criadas no plano de estrutura do governo para pagamentos e essa reformulação da lei do CONFEMA do decreto eu acredito que essas normas sejam claramente explicitadas não devem deixar espaço para flexibilização, estamos tratando de verba proveniente da população e o retorno tem que ser para população. Obrigado.

Orador não identificado: Entendo o que você está falando, eu gostaria de apenas a título de esclarecimento de uma questão que a Dona Miriam levantou, talvez a conselheira Zania não tenha explicado completamente, a prefeitura tem órgãos especializados em uma série de questões, inclusive no que diz respeito a compra de imóveis, que a prefeitura faz por meio de desapropriações, mas pode fazer de outras maneiras, existe um órgão especializado que é o Departamento de Desapropriações, que é o DESAP, que é um órgão ligada a Secretaria de Negócios Jurídicos, agora o que acontece é que DESAP é um órgão meio não é um órgão fim, então tudo que a gente tem de necessidade, qualquer órgão da prefeitura, seja Secretaria da Saúde, da Educação, precisarem de um imóvel para construir uma escola, um posto de saúde, uma creche ou qualquer que seja, ou se nós precisarmos de um imóvel para construir um parque, nós não temos autonomia para fazer a desapropriação, nós não podemos fazer, nós não temos competência técnica, nós não



temos competência legal para fazer a desapropriação, a desapropriação terá que ser feita obrigatoriamente pelo intermédio de DESAP, que não tem orçamento para isso, o orçamento do DESAP é o orçamento de recuperação da Instituição do Departamento, qualquer recurso que seja destinado a desapropriar qualquer terreno terá que vir da Secretaria interessada, seja Secretaria de Finanças, seja Secretaria da Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, a secretaria que decide desapropriar um terreno ou um prédio ou uma edificação o que quer que seja, para implantar um equipamento seu terá que se valer obrigatoriamente do serviço de DESAP que é quem procede isso, seja uma desapropriação amigável, seja uma desapropriação no judiciário, sempre terá que ser através do DESAP, mas eles nunca vão ter recursos próprios para desapropriar qualquer imóvel. Apenas a título de esclarecimento.

Dr. Leandro Brasil Chaves: Eu acho que a preocupação surgiu a partir do momento em que eu informei de uma margem de discricionariedade maior do que se refere a nossa legislação e acho que causou essa preocupação na conselheira, acho que essa margem de discricionariedade ela faz parte da própria administração pública, a gente tem que ter condição de optar e analisar o momento para destinação do recurso, não quer dizer que nas legislações de outros fundos, uma ampliação do rol torne impossível aplicação para outros fins que não elencados naquele rol, é que as demais legislações elas costumam ampliar o rol, mas esse rol é exemplificativo, não taxativo e como a questão da política do meio ambiente ela é muito dinâmica eu acho que a nossa legislação ela é bem apropriada para isso, e no que se refere a preocupação então, acho que também pode ter surgido a preocupação a então o conselho me aprova um determinado projeto e nesse projeto tem uma obra aonde vai fazer essa obra com aquele recurso, não seria possível do ponto de vista financeiro isto daí, implicando até crime por parte do ordenador que faça essa aplicação de recurso, porque você não pode aplicar o recurso que seja para manutenção para uma despesa corrente para despesa de capital onde ocorrerá um aumento de patrimônio, eu acho que essa preocupação surgiu acho que até em decorrência de eu ter colocado essa margem de discricionariedade, mas essa margem de discricionariedade que eu entendo necessária para administração pública.

Cons. Miriam Barcellos: Miriam Barcellos, obrigado senhor procurador. Eu acredito, eu volto insistir que se tratando de um fundo isso tem que ficar bem claro, bem explicitado, agora foi uma boa lembrança, foi citada aqui o Projeto Urbanístico de Perus porque eu acredito que é um exemplo que deve ser observado, o próprio projeto, o Projeto Urbanístico, requer contratação de arquitetos, aumento de bom número de arquiteto de escritório e quer dizer a própria elaboração do projeto já implica em uma despesa grande, então, isso por exemplo nesse projeto foi financiado por uma instituição dentro da USP, o projeto passou pela nossa aprovação mas as despesas da urbanização mesmo vem de outras origens, então ele realmente serve de exemplo, mas eu volto reivindicar que nessa revisão da lei que se crie uma condição dentro do próprio conselho, para acompanhar essa revisão e que se aproveite os estudos que já foram feitos desde o início porque havia uma discrepância entre a lei e o decreto que veio depois e depois com a própria vivência, experiência diante do conselho apareceram outras possibilidades e como o volume de verba que nós temos também há uma movimentação de crescimento muito grande que necessita principalmente o carbono, o crédito de carbono, que precisa de uma adequação porque ele não existiu essa possibilidade não existia no momento da concepção do conselho, obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigado Miriam, algum conselheiro mas queria, Lucas, o Leandro, então queria agradecer Dr. Leandro a sua presença e eu tenho certeza que em outros momento que ela fizer necessária você não vai se importar de estar aqui com a gente, eu acho que esse movimento é dinâmico de repente surge uma determinada



situação que impõe perguntas pra gente que aí a gente recorre a Assessoria Jurídica, tá bom? Muito obrigada. Então sugestão de inclusões de pauta, eu preciso falar para vocês, e vou sugerir a inclusão pelo o seguinte, a gente tem sempre aquele prazo para encaminhamento para os conselheiros do material para próxima reunião e nós tivemos duas situações que foram logo em seguida nós temos mandado a pauta e a ordem do dia, uma que a gente na verdade teve ontem que é nós tivemos aquele projeto que foi apresentado pela subprefeitura de Pirituba de despavimento em que nós pedimos maiores informações e subsídios ao processo eles não tiveram tempo hábil para fazer isso, então está suspensa essa deliberação e uma inclusão que nós estamos propondo é que nós recebemos uma solicitação, uma demanda por parte do movimento da agenda 21, da rede 21 da zona leste de que houvesse uma ampliação no prazo de entrega dos projetos de educação ambiental, então para mais 30 dias, nós avaliamos internamente essa demanda e do ponto de vista técnico, assim de suporte para a gente está atendendo essa ampliação e maiores números de projetos que vierem, pelo fato de ter analisado que nós temos poucos projetos aprovados na zona leste de São Paulo, pelo recurso disponível e por essa integração também que a gente está vendo cada vez mais, quer dizer o fundo passa a ser conhecido e os movimentos sociais demandarem um desejo de participação no fundo a gente avaliou como muito positivo e do ponto de vista da secretaria nós somos favoráveis, mas nós estamos então submetendo aos conselheiros a possibilidade de ampliação do prazo de entrega dos projetos para o FEMA 07 de Educação Ambiental para toda a cidade, nós já fizemos uma ampliação que foi um pouco tímida, que foi de sete dias na última reunião, mas houve essa demanda que estão pedindo caráter de parceria, terminando de elaborar o projetos, para mais 30 dias, como isso também não implica em atraso para quem está apresentando os projetos, até ontem nós temos 30 projetos apresentados da cidade, imagino que dia 29 que era o primeiro prazo nós vamos ter um grande número de projetos também, então a proposta que a gente está submetendo a vocês é de , que o prazo se ampliar do dia 29/05 para o dia 30/06, então essa que é a proposta.

Cons. Miriam Barcellos: Seria outra aprovação.

Coordenadora Helena Magozo: Seria outra aprovação, quer dizer, que ao invés do limite de apresentação de projetos para o Edital FEMA 07 seja 29/05 que se amplie para o dia 30/06, então vamos, vocês concordam da gente está incluindo na pauta e está deliberando, inclusive nós temos pessoa da zona leste que estão acompanhando a nossa deliberação, então os conselheiros que são favoráveis a ampliação do prazo de entrega dos projetos para o Edital FEMA número 07, para o dia 30/06, permaneçam como estão então por unanimidade foi aprovada a ampliação do prazo de entrega dos projetos. Nós temos também quero mencionar também a presença da Cinthia, que coordena a rede agenda 21 da zona leste, da Regina da cidade Tiradentes, uma outra moça que se apresentou pra mim quer dizer , então, obrigado, vocês podem, isso vai ser publicado, isso é oficializado a partir da publicação amanhã possivelmente no diário oficial aí que se torna público, hoje ainda não está público. Bom, então vamos para ordem do dia, então ficou um único ponto da nossa ordem do dia hoje que é apresentação pela SUVIS, SUVIS é Supervisão de Vigilância em Saúde de Perus, do Projeto Educação Ambiental vinculada ao manejo de cães e gatos no distrito administrativos de Perus/Anhanguera, proposto pelo setor de zoonoses, quem vai está nos apresentando esse projeto é a Marilza Simoneti que é engenheira da Supervisão de Vigilância em Saúde Ambiental de Perus e nós contamos aqui também com a presença da Dra. Regina Dias, que é coordenadora da SUVIS de Pirituba, Dra. Juliane Ferreira, Médica Veterinária da SUVIS de Perus, o projeto seria para duas subprefeituras, para as duas áreas de Pirituba.

Marilza de Fátima Simoneti: Não, nós somos uma SUVIS só, é Pirituba-Perus.



Coordenadora Helena Magozo: Ah sim.

Marilza de Fátima Simoneti: Como a área territorial é muito grande nós temos duas bases, uma para cuidar dos distritos de Perus-Anhanguera, e outra que cuida de Pirituba-São Domingos e tem mais um distrito administrativo.

Coordenadora Helena Magozo: Tá bom.

Marilza de Fátima Simoneti: Mas é uma Supervisão só.

Coordenadora Helena Magozo: Tá.

Marilza de Fátima Simoneti: Só têm duas bases diferentes, dois prédios diferentes.

Coordenadora Helena Magozo: Uma logística aí.

Marilza de Fátima Simoneti: E a Dra. Regina é dos dois.

Coordenadora Helena Magozo: Tá certo. E o Ricardo Silva Pinto que é o coordenador da Saúde Norte. Pois não Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Você.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não da Coordenadoria de Saúde Norte, desculpe, eu estou toda enrolada, peço perdão.

Cons. Miriam Barcellos: Sra. Presidente havia também a sugestão de inclusão de pauta.

Coordenadora Helena Magozo: Ah desculpa, por favor Miriam. Você vai estar propondo uma inclusão, não é?

Cons. Miriam Barcellos: Eu estou propondo uma inclusão de retorno do assunto da Cratera de Colônia.

Coordenadora Helena Magozo: Depois da apresentação, tá bom? Pois não Sérgio.

Cons. Sérgio Costa: Bom dia, Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu quero propor na inclusão de pauta o aumento do pessoal que trabalha no FEMA.

Coordenadora Helena Magozo: Tá bom, então, tá incluído. Então são as duas inclusões. Então vamos lá.

Marilza de Fátima Simoneti: Então o projeto a ser apresentado perante os conselheiros do CONFEMA aqui reunidos, com a finalidade de obter os recursos provenientes do leilão de crédito de carbono do aterro bandeirantes com o título de educação ambiental vinculada ao manejo ambiental de cães e gatos dos distritos administrativos de Perus e Anhanguera. Apresentação de quem somos, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Saúde, Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA, Centro de Controle de Zoonoses – CCZ, a Coordenadoria Regional de Saúde Norte, Supervisão Técnica de Saúde Pirituba-Perus, a Supervisão de Vigilância em Saúde Pirituba-Perus e lá embaixo estamos nós, no último reduto que é a SUVIS Perus. A nossa base fica na Rua Sales Gomes, 130, no centro de Perus, nosso e-mail é uvis.perus@ig.com.br, responsável pela apresentação da proposta é Marilza de Fátima Simoneti, engenheira, RF 648.783.100. Nós atuamos na



SUVIS Perus e equipe de vigilância em saúde ambiental, então de acordo com a lei municipal 13.725 de 2004, que é o nosso código sanitário, no seu artigo 18 ela nos diz que constitui finalidade das ações de vigilância em saúde sobre o meio ambiente o enfrentamento dos problemas ambientais e ecológicos, de modo a serem sanados ou minimizados a fim de não representarem risco à vida, com vistas ao desenvolvimento sustentado, como forma de garantir a qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente. As nossas competências atualmente seria o vigiar, nessa parte seria mais monitoramento de qualidade do ar, do solo e do de água, o que já esta 100% implementado é do de água, que nós fizemos um monitoramento contínuo da qualidade da água potável servida a população, tanto de poços e em comum da rede pública, também atuamos na vigilância epidemiológica das zoonoses que são causadas, essas doenças, por animais filantrópicos, o carrapato causa a febre maculosa, o aedes aegypti a dengue, os roedores a leptospirose que é uma doença gravíssima, os quirópteros, os morcegos que também transmitem a raiva, insetos, artrópodes, porque são muitos pombos, cães e gatos e etc, nós fazemos a vacinação anti-rábica na cidade de cães e gatos e atendimento anti-rábico mínimo, atuamos com vistorias zoonosárias essas vistorias chegam pra gente via SACs, são SACS de maltratos de cães e gatos, pode ser até cavalos também, SACs reclamando da existência de animais filantrópicos, remoção de cães errantes e agressores para o CCZ, que não sei se vocês sabem mais antigamente os CCZ matavam os animais, era permitido e agora com o advento da nova lei está proibido a matança de animais saudáveis, não agressores pelo CCZ e a gente está com um problema gravíssimo porque não tem mais onde colocar cachorro. Então as justificativas do projeto, Perus e Anhanguera esses dois distritos eles abrigam um grande contingente de população de baixa renda, são 28 favelas que não tem as mínimas condições de infra-estrutura, são deficientes principalmente na coleta e da ??? de resíduos sólidos domiciliares, esgotamento sanitário em áreas verdes e em outras coisas então essas favelas elas podem ser classificadas como áreas indentamente degradadas, somado a isso nós temos uma grande quantidade de cães e gatos sendo denunciados que são animais parcialmente supervisionados, ou seja, dependem parcialmente de pessoas para os alimentar, para higiene, para doença mas eles ficam soltos podendo circular livremente pelos os logradouros públicos, sem que ninguém os acompanhe, é isso que mais tem em Perus e a maioria das pessoas, os favelados, não tem nem cercado e tem animais, então os animais já ficam na rua, esse é o habitat deles e os resultados esperado com esse projeto é a terminação dos problemas ambientais e dos riscos a saúde, com uma conseqüente melhoria na qualidade de vida da população, temos como objetivo também um controle efetivo da população de cães e gatos, porque lá a população está assim estratosférica, tem matilha de cães nas ruas e defendemos também a posse responsável de animais de estimação, conscientizar os proprietários para isso. A equipe técnica, nossa chefe a Dra. Regina Selis Acquesta, ela é médica, o RF dela é 558.274.1, a SUVIS Pirituba-Perus, fica na Avenida Cristo Rei, 290, em Pirituba, o telefone é 3978-9615, o e-mail é uvispirituba@ig.com.br, eu Marilza de Fátima Simoneti, responsável técnico pelo projeto, sou engenheira da prefeitura o meu RF é 648.783.1, a Dra. Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira é a médica veterinária da SUVIS Perus, o RF dela é 754.702-1, a nossa base como eu já falei fica na Rua Sales Gomes,130, em Perus, nosso telefone é 3917-6177, nosso e-mail é uvis.perus@ig.com.br. Agora os objetivos, os objetivos gerais é educação ambiental da população e controle populacional de cães e gatos, objetivos específicos cursos de educação ambiental focado para as necessidades, potencialidades e problemas ambientais da região, conhecimento do registro geral animal para todos os cães e gatos inseridos no projeto, vermifugação, vacinação anti-rábica e esterilização de 65% da população de cães e gatos de Perus-Anhanguera, quem será o primeiro beneficiado? Nós estamos prevendo dar o curso para 6.175 proprietários ou responsáveis pelos cães ou gatos e pretendemos esterilizar 18.525 cães ou gatos, dessa população 27% é gato, a maioria lá é cachorro. Metodologia, então seria o curso de educação ambiental, a SUVIS Perus faria a inscrição dos proprietários/responsáveis por cães e gatos, sendo domiciliados



sadios, é uma condição para esterilização serem sadios e faria a emissão do certificados de conclusão, o corpo docente para o curso que a gente está contando seria a própria prefeitura, LIMPURB, daria na área dela, área de resíduos sólidos e coleta seletiva, de ????, a gente compraria uns outros itens e as SUVIS Perus daria o conteúdo na nossa área para que assim o curso fosse mais completo, agora gostaria de falar que nós não sabíamos que essas cartas compromisso já tinham que está firmadas, nós colocamos como proposta e eu soube disso no dia 21, agora quinta-feira quando chegou a forma de apresentação que falavam das cartas compromisso, então a gente não teve tempo hábil para providenciar isso, o item 2 da metodologia, é a seleção dos cães e gatos então só assim para dar uma ênfase, a obtenção do certificado de conclusão do curso de educação ambiental pelos proprietários/responsáveis por cães e gatos será uma condição ????? para inserção dos seus animais no projeto de esterilização, ou seja, quem não fizer o curso, que não estiver certificado não vai poder castrar o seu animal gratuitamente, não vai poder ser inserido no projeto é uma forma de hoje de obrigá-los a fazer. A SUVIS Perus realizará a seleção dos animais, o cadastramento e a avaliação pré-cirúrgica, ou seja, pra ver se o animal está sadio e tem condição de ser operado e também fará o fornecimento dos registros gerais zoonoses, o RGA. O item 3, a prevenção da saúde animal e esterilização de cães e gatos, isso a gente está prevendo ser feito por um posto permanente de disponibilização gratuita, esse posto deve se localizar no centro de Perus, ser operado por ONGs contratadas via licitação pública a estilo do que o CCZ faz, o CCZ contrata ONGs para castrar nos mutirões que ele promove, então nós faríamos isso também, contrataríamos ONG para operar o posto, a capacidade de esterilização que a gente está prevendo é de 30 animais dia, o funcionamento do posto seriam 3 dias da semana e durante esses 3 dias o posto operaria 8 horas, no horário comercial. Agora o perfil de Perus-Anhanguera e da população, bom a gente só tinha o dado do ano 2000 do IBGE, já faz dez anos quase, então a gente conseguiu com a subprefeitura de Perus, é um levantamento que eles fizeram lá, uma estimativa em 2007, que a população está em torno de 158.000 habitantes, o território, é um território grande são 57.2 Km², o relevo é acidentado, um relevo muito ????, as favelas, temos muitas favelas, temos 28 favelas a quase totalidade delas ficam em áreas municipal, a renda média não consegui o valor de agora, no IBGE de 2000, é em torno de 650 reais, na época era uma das mais baixas da cidade de São Paulo, o abastecimento de água e esgotos nos domicílios, o abastecimento de água atinge 90% da população e de esgoto 78.7%, a coleta de resíduos domiciliares atende 94.9%, isso são dados antigos, são dados do IBGE de 2000 e parques, seria o Parque do Anhanguera, que o pessoal do Verde conhece melhor que a gente que tem 9.500.000 m². Essa foto é pra ver um pequeno retrato de como é a favela e como os cachorros vivem no lixo e vivem na rua, tem um monte de animal subnutrido, um monte de fezes, esse é o retrato das favelas de Perus, eu trouxe só uma foto porque o tempo é curto, mas essa é a situação que a gente enfrenta e hoje não tem mais para onde mandar os cachorros, o CCZ está lotado e não pode mais matar. O próximo são as atividades que a gente pretende desenvolver, então no curso de educação ambiental, o programa será resíduos sólidos domiciliares, coleta seletiva e reciclagem de resíduos, poluição das águas porque lá todos os córregos tão ??? é só esgotos, áreas verdes, hortas, aquecimento global, animais filantrópicos e posse responsável de animais de estimação. A carga horária do curso são 12 horas aula, a frequência desse curso, a gente está prevendo fazer toda semana, 3 dias da semana sendo que em cada dia o curso teria 4 horas aula, a turma de no máximo 40 alunos. Para o local a gente está prevendo um prédio próprio locado pelo projeto, quer dizer bancado pelo projeto, a avaliação do curso anual visando um melhor aprimoramento do curso e fazer auto-correção nesse curso. O item 2, é prevenção da saúde animal e esterilização de cães e gatos, quais vão ser as atividades? Então a gente está prevendo que o posto permanente de esterilização gratuita realizará vermifugação, vacinação anti-rábica, esterilização, essa esterilização é um procedimento para machos sendo assim orquiectomia e para fêmeas ovário-salpingo-histerectomia, esses termos pra mim também são novos, que eles chamam de técnica de



gancho, porque é uma técnica minimamente invasiva para as fêmeas que faz com que elas se recuperem bem mais rápido, o corte é bem menor. O posto permanente também fará o acompanhamento pós-operatório desses animais, o posto a gente está contando com dois veículos, uma van e uma ?? 350, com motoristas para transportes de animais, o corpo técnico mínimo seriam 6 veterinários trabalhando lógico, 3 dias da semana e o local também a gente está contando com prédio próprio locado com recursos do projeto. As parcerias nossas são propostas a gente não sabia que tinha que ter carta compromisso, então as parcerias que a gente conta para o curso de educação ambiental, a Secretaria de Serviços, o Departamento de Limpeza Urbana – LIMPURB, que fica na Rua Zurita, 100, no Canindé, atuaria nessa parte de resíduos sólidos domiciliares, coleta seletiva e reciclagem de resíduos. A Secretaria do Verde, através do Departamento de Planejamento Ambiental e do Departamento de Parques e Áreas Verdes, que fica na Rua Paraíso, 380, atuaria na parte de poluição das águas, aquecimento global, hortas e áreas verdes. E nós da SUVIS, atuaríamos na parte de animais filantrópicos e na posse responsável de animais de estimação, que eu não coloquei ali. Na parte de prevenção de saúde animal e esterilização de cães e gatos quem são os parceiros? A gente está contando com a Secretaria Municipal de Saúde através do Centro de Controle de Zoonoses, o CCZ, que fica na Rua Santa Eulália, 86, Santana, para nos fornecer gratuitamente os RGAs para os animais e também a vacina anti-rábica para ser aplicada no posto. Nós estamos contando com ONGs, que vão ser contratadas via licitação pública para fazer a vermifugação, a vacinação anti-rábica, a esterilização, o pós-operatório e o transporte dos cães e gatos. As metas, o curso de educação ambiental, o número de proprietários por turma eu falei 40, a frequência é semanal, 3 dias da semana, sendo que cada dia são 4 horas aulas, o indicador de realização é o certificado de conclusão que nós vamos expedir, período de início e fim, nós prevemos começar se tivermos verba, em julho de 2009 e terminar em dezembro de 2012, ou seja a duração do projeto é 3 anos e 4 meses, o número de turmas que a gente pretende atender por ano são 46 turmas, o total de proprietários/responsáveis por cães e gatos que a gente pretende atingir são 6.175, os responsáveis pelo curso que pediram de novo é a SUVIS Perus e as parceiras, a Secretaria de Serviços e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Na parte de prevenção da saúde animal e esterilização de cães e gatos, o número de animais castrados por semana que estamos prevendo são 120 animais, a frequência semanal nós vamos operar 3 dias da semana e cada dia se opera 8 horas, sendo essas 8 horas no horário comercial, o número de animais castrados por ano estimado é 5.760, o período de início é Janeiro de 2010 a Dezembro de 2012, os responsáveis são parceiros, são as ONGS que pretendemos contratar via licitação pública, o indicador da realização seriam os relatórios assinados por cada um dos proprietários que nós mandamos para eles esterilizar os animais, dizendo que o animal foi esterilizado, esse relatório viria para nós da SUVIS conferir, esse é o indicador. Então agora a pior parte, que é a parte do money, o orçamento. Os recursos materiais que nós precisamos, nós precisamos de uma instalação predial, essa instalação a gente quer abrigar, em um prédio só, toda parte de esterilização e o curso, então a gente está prevendo um prédio de dois pavimentos ou um prédio grande que dê para fazer as duas coisas juntas, integrados e a gente estimou mais ou menos lá em Perus, que seja mais ou menos ali no centro da cidade para facilitar todos os bairros, o custo da locação de 3.500,00, isso aí a longo de 3 anos e 4 meses, ficaria 151.760,00 reais. Então para esterilização de gatas nós gastaríamos 3.720,75 reais por mês, para esterilização de gatos, é um pouco mais barato, gastaríamos 3.044,25 reais por mês, na esterilização dos cachorros, porque os cachorros são mais de 70% da população de animais, os gatos giram em torno de 27% da população.

Cons. Miriam Barcellos: Quanto os gatos são?

Marilza de Fátima Simoneti: Os gatos representam 27% da população.



Cons. Miriam Barcellos: Mais ou menos isso.

Marilza de Fátima Simoneti: Isso. Então os cachorros são 70%, mais de 70, 73%, então a esterilização do cachorro, lógico, vai custar mais, 11.374,00 reais por mês, a esterilização de cadela é mais cara do que a do cachorro 15.165,00 reais e é evidente que cachorros e cadelas é 50% da população, essa é a probabilidade de nascerem. Os custos para manter a van com motoristas, nós colocamos 4.000,00 reais mensais, para manter essa outra ??? 350 adaptada que vai atuar como uma famosa carrocinha para catar cachorro, 5.000,00 reais por mês com motorista, o custo do vermífugo para gatos e para cães, eu cotei no valor de hoje, não considerei inflação nenhuma porque assumi que a gente poderia comprar logo tudo no início do projeto, porque senão só vai reajustar, então esses valores dos vermífugos não estão previstos reajuste, para gata a gente gastaria 861,75 reais, vermífugos para cães 465,75 reais, então o custo mensal total gira em torno de 47.000,00 reais. Eu só queria levantar que o custo total do projeto, isso pra gente castrar 65% da população de cães e gatos de Perus e dá o curso pra mais de 6.000 proprietários, porque o curso vai sair praticamente custo zero do corpo docente, a única coisa que a gente vai pedir dinheiro é para a instalação predial para abrigar os alunos. Para fazer isso a gente está pedindo 1.987.369,00 reais e nós pretendemos fazer isso em 3 anos e 4 meses. O último item que vocês pediram na apresentação é avaliação do grau de satisfação, bom a nossa avaliação direta é via SAC, nós recebemos direto as reclamações da população, então a gente prevê de início uma diminuição no número de SACs de maltratos, que lá são muitos, são muitos SACs dessa forma, de remoção de cães pelo CCZ, o pessoal quer que tire o cão, hoje em dia nós não temos mais para onde levar, de resíduos sólidos a gente recebe muita reclamação de resíduos sólidos, jogado no meio do logradouro, de contaminação da água que a gente faz esse monitoramento da qualidade da água potável, de mordeduras de cães que tem bastante também e até mesmo de animais filantrópicos, porque animais filantrópicos no fundo o ensino do curso de educação ambiental a gente vai conseguir diminuir muito essa população sim. E também a gente prevê uma diminuição no número de notificações de doença, porque isso é consequência, doenças gravíssimas como a raiva, a dengue, a leptospirose e a própria febre maculosa e assim eu não coloquei mas acho que dá para falar em passant, que eu acho que quem passear por Perus, se o projeto for implementado depois de 3 anos com certeza vai sentir alguma diferença, no mínimo nos números de cães que passeiam pelos logradouros. Seria isso o projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Marilza, então agora nós vamos para a fala dos conselheiros, perguntas, posicionamento. A rigor seria, se vocês quiserem, a rigor seria.

Marilza de Fátima Simoneti: A Juliane é a veterinária que na hora da operação mesmo, ela vai pra cima porque essa parte toda de castração ela que entende desse assunto.

Coordenadora Helena Magozo: Luis quer.

Cons. Luis Ferrua: Podemos começar?

Coordenadora Helena Magozo: Pois não.

Cons. Luis Ferrua: Pelo que eu entendi esse projeto estão faltando alguns documentos necessários para uma análise técnica, é isso? Ou foi feita uma análise técnica?

Coordenadora Helena Magozo: A análise técnica é o seguinte, quando o que nós já discutimos em outros momentos aqui, quando pelo setor público houver a responsabilidade técnica, que no caso acho que foi muito explicitada pela Marilza, a responsabilidade técnica mesmo é dos profissionais mesmo da SUVIS que apresentou o projeto, então a



responsabilidade técnica, então não tem sentido uma outra equipe que não tem nem a competência ou seria simétrica na competência, quer dizer a responsabilidade técnica é da equipe que está apresentando o projeto e ela, o que a gente pede é que apresente o projeto da mesma forma que os projetos dos editais que ela seguiu a risca foram apresentados, o que ela colocou foi o seguinte, ela prevê a participação da Secretaria do Verde, da LIMPURB e da Secretaria de Serviços, normalmente com as entidades o que que a gente solicita? Que traga a carta de que essas secretarias, no caso os parceiros, de fato vão estar participando, então não é uma questão de avaliação técnica, mas a gente pede isso em relação a exequibilidade, quer dizer é um tipo assim, eu estou fazendo uma proposta mas a gente vai contar com esses parceiros então? Vai ser exequível, como tá sendo proposto? É nesse sentido, não de...

Cons. Luis Ferrua: É uma questão de forma.

Coordenadora Helena Magozo: Não de avaliação técnica mas de exequibilidade, de que vai acontecer de fato.

Marilza de Fátima Simoneti: Fomos informados quinta-feira, quanto da forma de apresentação do projeto que deveríamos ter essas cartas compromissos, ninguém nos informou antes, nós poderíamos ter corrido atrás, eu não sei se íamos conseguir mas pelo menos teríamos tentado.

Cons. Luis Ferrua: Vocês terão tempo para fazer isso.

Marilza de Fátima Simoneti: Agora quinta-feira, dia 21, não tinha condições, eu soube das cartas compromissos, quanto eu li a forma de apresentação do projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Marilza, deixa eu contar para você, nós estamos, não há problema, a gente está no razoável, se essa é a questão, a gente tem tempo para apresentar isso, não se preocupe. Na verdade é que acontece é o seguinte quando eles apresentaram o projeto nós conversamos com pessoas muito diferentes, no final com você a gente conversou nesse último momento, mas nada intransponível, só estou explicando o que você colocou que é um dado que a gente pede nesse sentido, que realmente os parceiros vão falar, a gente vai fazer junto e porque a gente pede isso. Não tem nada de falha, especialmente da Marilza na questão...

Marilza de Fátima Simoneti: Não tem problema.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia de São Paulo, pelo que eu entendi esse projeto é apresentado pela subprefeitura?

Marilza de Fátima Simoneti: Não, pela Supervisão de Vigilância em Saúde, somos da Secretaria Municipal de Saúde. Nós não somos da subprefeitura.

Coordenadora Helena Magozo: É da Coordenação de Saúde Local, eles são da Coordenação de Saúde Local, Sérgio.

Cons. Sérgio Costa: Ok.

Marilza de Fátima Simoneti: É. Nós seríamos uma subprefeitura da saúde.

Cons. Sérgio Costa: Eu gostaria de conhecer esse projeto mais a fundo, até porque tem uma série de questões que filosoficamente eu sou contra. Por exemplo, aquele monte de



lixo na rua, aquilo atrai animal, outro dia me mandaram uma matéria sobre a Índia com vaca comendo na rua, lixo e não precisa ir muito longe para a gente encontrar uma matéria dessa, país de terceiro mundo, tem vaca, tem cachorro no meio da rua, tem gato, é tirar o lixo do meio da rua. Segundo, cachorro que não tem dono, desde que eu me considero como gente, cachorro que não tem dono é pego pela prefeitura e depois eles eram mortos, porque não tem dono, agora segundo uma legislação pertinente tem que guardar esses cachorros, uma lei estadual, é preciso discutir isso na Assembléia porque senão vamos ficar guardando cachorro que não tem dono, até quando?

Marilza de Fátima Simoneti: Não, não guarda mais porque não tem mais espaço, no centro de zoonoses

Cons. Sérgio Costa: Então, pois é, você vê que coisa, alguém fez uma legislação dizendo para guardar cachorrinho, então precisamos votar é espaço para guardar cachorro.

Coordenadora Helena Magozo: Aí não, aí o que você está propondo, só esclarecendo gente, o que você está propondo é um controle da população canina.

Marilza de Fátima Simoneti: Não existe controle no Brasil da população de animais. E na minha região como eles são muito pobres, uma esterilização de uma cachorra custa 200 reais uma cachorra grande.

Cons. Sérgio Costa: Essa questão é assim, é a segunda vez que vem um projeto aqui no CONFEMA, o que eu tou achando curioso, é a segunda vez que vem um projeto aqui que desde que seja pobre está tudo certo, não o país é o mesmo como um só, aqui não tem diferenciação se o cara é pobre, rico ou classe média, pelo menos é isso que está na constituição brasileira, se uma pessoa tem um cachorro e ela não consegue cuidar do cachorro, ??? pertinente, ela é dona, ela é proprietária do cachorro, se ela soltou esse cachorro na rua, aí esse cachorro não tem dono foi visto que não tem dono, a questão é se está levado pra dentro de um pátio da prefeitura, se não tem lugar tem que aumentar o pátio da prefeitura se a legislação não permite que esse cachorro fique na rua ou nem seja morto. Agora nós vamos gastar um milhão de reais, esterilizando cachorro, são 1.987.369,00 reais, para esterilizar cachorro e gato.

Marilza de Fátima Simoneti: Isso.

Cons. Sérgio Costa: Aí vem a questão de esterilização mensal de cães, cadê o custo? Eu até anotei. Achei isso um absurdo, mas em todo caso eu gostaria de acompanhar esse projeto mais de perto porque se nós vamos destinar dinheiro do fundo especial do meio ambiente, para esse projeto eu gostaria de acompanhar mais de perto essas questões administrativas, mas desde já lhe digo eu gostaria de estar votando aquele aumento da área para guardar cachorro, porque eu acredito que o proprietário desse cachorro tenha que ser responsabilizado. E se esse cachorro está mordendo alguém e ele está no meio da rua, é o poder público responsável por ele, alguém tem que ser responsável por esse cachorro, agora nós estamos votando aqui esterilizar cachorro sem dono, quer dizer, porque alguém na Assembléia Legislativa fez uma lei que nós temos que guardar cachorro, eu vou te falar uma coisa parece-me coisa de terceiro mundo. Outra coisa, a questão, aquela foto do lixo na rua, aquele lixo tem que ser retirado, porque senão não vai gerar é só lixo, é pombo, é cão, é gato tudo que tiver sendo alimentado por aquele lixo vai continuar acontecendo.

Coordenadora Helena Magozo: Sérgio, por isso que temos a educação ambiental e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.



Cons. Sérgio Costa: E vou dizer mais, eu duvido que o poder público, esses números que a senhora dá se mandar checar, eu duvido que a gente encontre checagem, a senhora diz com tanta seriedade que o número de cães e gatos, é 25% da população, se não tem nem controle dos cachorros na rua, como vai ter controle do número?

Marilza de Fátima Simoneti: O CCZ faz uma estimativa da população de cães e gatos em cada região da cidade.

Cons. Sérgio Costa: Então eu gostaria de saber...

Marilza de Fátima Simoneti: E a última que eles fizeram foi esse valor que eu peguei e foi do ano passado.

Cons. Sérgio Costa: Então nós vamos checar esses valores, então peço a senhora que apresente esses valores da estimativa, nós vamos checar esses valores, porque pode ser 1 e pode ser 10 milhões de cachorros na rua. Como é que a senhora sabe? Eu não tenho fé nesses números, quero ver esses números formais. Já que nós vamos dar dinheiro, eu quero ver esses números formais.

Marilza de Fátima Simoneti: Lógico.

Coordenadora Helena Magozo: Luis, por favor.

Cons. Luis Ferrua: Bom, primeiramente, em negócio de cachorro eu entendo. Bom eu sou, além de ser cachorreiro, ter dois rottweiler em casa eu também sou sócio, sócio não, sou contribuinte de uma Associação chamada Associação Amigos da Célia, que tem um canil com 200 cachorros abandonados e que se sustenta única e exclusivamente com doações de pessoas físicas como eu, fica em Santana do Parnaíba e eu conheço profundamente esse problema citado por você, porque o problema que nós temos nesses cães abandonados é que nós não conseguimos de maneira nenhuma em algumas questões adotá-los, não há adotantes para ele, então eles ficam abandonados lá no canil, são 200 no momento, estamos com a capacidade total, então a única solução que se propõem para isso face ao fato do poder público ter editado uma lei em que eles não podem ser mais sacrificados é realmente castrá-los. Não tem outra solução e nós fazemos isso na AVAC gratuitamente, graças a veterinárias que se prontificam a fazer isso de maneira gratuita. Então acredito que esse projeto, talvez ele não tenha muito sentido dentro do CONFEMA, acho que talvez não tenha muito relacionamento com o CONFEMA, mas como projeto acho totalmente meritório.

Marilza de Fátima Simoneti: Mas nós vamos dar o curso de educação ambiental, vamos falar de toda parte ambiental e também vamos falar dessa parte de posse irresponsável de animal.

Cons. Luis Ferrua: Realmente é um problema, é um problema que até hoje o poder público não se manifestou, como você mesmo disse, o CCZ, eu fui ao CCZ há pouco tempo atrás, aqui atrás na Lapa, eu não sei muito bem onde que é, Santana, eu fui ao CCZ para adotar um cachorro, era uma coisa assim de...

Marilza de Fátima Simoneti: É uma situação muito triste.



Cons. Luis Ferrua: Não é triste é muito triste, então eu considero esse projeto como meritório e acho que a gente deve tentar de tudo quanto é maneira, apesar dos dados que você deve preencher, trazer para que nós o aprovemos, mas por mim ele deve seguir.

Marilza de Fátima Simoneti: Todo mundo eu acho que está saltando mais os olhos, nessa parte de castração porque a gente vai gastar dois milhões com isso, ninguém está olhando o curso de educação ambiental que são doze horas aulas, é um curso extenso, porque? Porque ele vai ser grátis, eu estou propondo nossa prefeitura darmos o curso voltado para eles, mas nem por isso porque o curso é grátis que ele vai deixar de ter o mérito dele. Entendeu? Eu até acho que é uma vantagem, só estamos pedindo a alocação do espaço. Entendeu? Mas ele vai ter que ser feito. E outra coisa, vamos obrigar a população de baixa renda a fazer o curso porque senão eles não vão castrar o animais deles de graça não. Não vão vacinar, não vão vermifugar, entendeu? A gente atrelou as duas coisas, entendeu?

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Juliane, veterinária, porque na verdade o que acontece é o seguinte, não tem como você atuar só removendo cão de rua, aquela cadela que está dando cria na casa de pessoa, ela é abandonada, daqui seis meses mais seis crias, que vão para o CCZ, daqui seis meses mais seis crias, daqui a seis anos foram vai vinte crias que aquela cadela deu o canil não tem como absorver, os gatos no caso é cio a cada dois meses, então a cada dois meses a gata entra no cio, a cada dois meses o cio, o dono não sabe o que fazer com a cria você pede para o CCZ ir buscar, quer dizer vai chegar uma hora que realmente não vai ter espaço físico para acomodar todos esses animais, não tem, mesmo que essa lei não tivesse entrado, mesmo com a coleta de cães de rua, a remoção, eu acho que realmente não teria espaço e teriam que ser cada vez mais criados mais vagas para colocar esses animais, porque a reprodução deles é que não para, o que a gente tenta fazer é atuar na reprodução, ou seja aquela gata que está ali na casa da Dona Joana ela não vai ter crias para gerar mil filhotes, durante anos, ela vai parar em uma cria, aí você consegue bloquear o problema super populacional pela base, inclusive esse curso de educação ambiental a gente visa também na parte de posse responsável de animais, fornecer a legislação vigente também porque lá por ser uma população carente ela não sabe das obrigações dela, que deixar cão na rua é crime, que ela pode ser multada, então lá é uma população carente, eles não têm esse conhecimento, então todas as legislações vigentes da lei 13.131, as leis do Meio Ambiente, as obrigações do proprietário, tudo isso vai ser repassado, para tentar minimizar tudo, risco de mordeduras, nós temos aqui, lá em Perus na verdade, nós temos notificação de caso de mordeduras por cães de rua, então quer dizer, você inibindo que aquele animal dê cria na rua, já é um grande passo para você reduzir a população, porque na verdade a coleta e remoção de cães e gatos sempre foi feita e nem por isso o número de animais de rua diminui, pelo contrário aumenta o risco de atropelamentos, brigas de cães, raiva, tem morcegos lá em Francisco Morato, é uma área que não tem raiva controlada, tem morcego raivoso lá, tem animais com raiva, então os animais de rua, procriação de rua que a gente não consegue controlar ela acaba até ajudando na perpetuação dessas doenças, a doença do carrapato, por exemplo, nós temos lá o parque do Anhanguera que se tornou um local onde o proprietário, vai lá tomar o lanchinho de domingo e abandona a cadela prenha, então ela vai dá filhote lá dentro do parque, então lá o que adianta a remoção ir lá a cada mês para retirar 10 a 20 cães filhotes que depois você não sabe o que fazer, vai matar todos, o custo com a eutanásia é muito alto, porque é um monte de barbitúrico, é um monte de cloreto de potássio, a destinação final para esses animais mortos, então com a esterilização você consegue tirar o problema realmente da raiz e o curso de educação ambiental lá em Perus ele é totalmente necessário, porque lá é uma população que realmente não tem educação nenhuma, eles não sabem quais são os direitos deles e nem quais são os deveres deles, você colocar para eles isso não pode botar, aquela situação do lixo é uma situação por exemplo, ela é corriqueira e a coleta passa e o lixo permanece, a gente entende que a falta de educação



da população também influencia nisso, então a gente tende com o tempo é reduzir a esse quadro, a questão na verdade não é só gastar para castrar cachorro, tem todo uma finalidade em volta disso, que vai além dos animais em si, isso visa a saúde pública, isso saúde pública, saúde ambiental é tudo.

Marilza de Fátima Simoneti: Tanto que a gente vai obrigar a fazer o curso de educação ambiental, para poder ser beneficiado quem não fizer não vai ganhar, pode ser pobre como for. E tem outra coisa que eu queria colocar aqui que nós estamos brigando pelo o que é direito de Perus, nós estamos brigando pelos leilões de crédito de carbono do aterro bandeirantes. Perus paga um preço alto por ter o aterro, então é justo que o dinheiro seja aplicado com eles.

Coordenadora Helena Magozo: Ana Lucia, por favor.

Cons. Ana Lucia: Ana Lucia, o que eu gostaria de saber se há algum programa do setor de zoonoses na esterilização, um programa maior, independente de região?

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Então na verdade o CCZ...

Coordenadora Helena Magozo: Centro de Controle de Zoonoses.

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Isso, isso, o CCZ ele tinha o programa de saúde animal que realizava um mutirão de castração em São Paulo inteiro...

Cons. Ana Lucia: Mutirão de castração?

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Isso, então juntava a população local, favelada, sem condição e fazia a castração gratuita, não tem local na verdade e agora com a nova gestão o própria CCZ está fazendo cadastramento de castração gratuita na verdade para atender mais ou menos em torno de umas 50 pessoas por dia de São Paulo inteiro na verdade e não tem como porque a fila é quilométrica lá no CCZ, não dá para atender todo mundo, nós fizemos 3 mutirões de castração lá na região da favela do recanto. Só de você descer na estação de trem você já vê matilhas e outra coisa também lá no Parque Anhanguera é um local onde tem maior abandono de cães e gatos, cadelas prenhas, o recorde de SACS para remoção de cães no CCZ dentro do parque Anhanguera, inclusive foi até montado um processo administrativo porque não tem realmente como tirar, realmente só tirar ali não resolve, porque se tirar tudo vai voltar tudo de novo, daqui seis meses, um ano, então quer dizer a gente está tentando isso para que realmente resolver um problema de todos nós, até porque cachorro na rua pode agredir a criança, pode pegar o carrapato...

Cons. Ana Lucia: Eu estou dizendo isso pelo seguinte, certamente que é um problema sério, é um problema sério na cidade inteira e eu acho que o recurso pode auxiliar para ajudar principalmente o projeto de educação ambiental, agora ele tem um tempo quer dizer, ele é dois anos...

Marilza de Fátima Simoneti: 3 anos e 4 meses.

Cons. Ana Lucia: É, então o que eu perguntei é se não seria interessante ter um programa maior no Centro de Zoonoses, se pensar uma política pública com relação a isso, se a gente tem esse problema...



Marilza de Fátima Simoneti: Mas a gente está esperando isso há muito tempo, os mutirões que eles faziam o ano passado, esse ano na nova gestão parou, não é Juliane?

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Parou.

Marilza de Fátima Simoneti: A gente foi lá se candidatar para ver se pegava mais algum e não conseguiu, tem menos, a lei estadual entrou proibindo a matança e a prefeitura do município de São Paulo invés de efetivar mais a esterilização, não, tá diminuindo, então nós não sabemos o que vamos fazer amanhã.

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: E outra coisa que eu queria colocar também é que lá a maioria da população não tem como transporte para eles, é complicado, como a castração centralizou lá no CCZ, até a ida deles às vezes para ir pegar um metro, não tem dinheiro, não tem como botar um cachorro em um carro, não tem carro, porque lá é favela, então a gente fala assim pode fazer o cadastramento no CCZ, então você vai pegar uma ficha para castrar lá naquela clínica, mas eu não tenho como levar o meu cachorro lá naquela clínica.

Cons. Luis Ferrua: Só uma última coisa que eu gostaria de dizer a esse respeito, é que eu acho que o tempo determinado de 3 anos e 4 meses é pequeno e insuficiente, eu acho que isso devia ter e infelizmente não tem uma política pública para o setor, como não tem, eu diria a vocês o seguinte que apresentasse esse projeto com um tempo maior, ao invés de 3 anos porque não 6?

Marilza de Fátima Simoneti: Porque é a gestão do prefeito.

Cons. Luis Ferrua: Não, mas nós não temos nada a ver com isso.

Marilza de Fátima Simoneti: Com a gestão do prefeito a gente sabe quando o funcionário público que provavelmente vai ficar naquele lugar, para tocar o projeto, depois troca o prefeito à gente não consegue...

Cons. Luis Ferrua: Mas nós do Confema, nós não temos essa limitação, desde que o projeto, vamos dizer assim aprovado ele é sua responsabilidade, evidentemente sua e dos seus integrantes de...

Marilza de Fátima Simoneti: Por isso nos responsabilizamos por 3 anos e 4 meses que é a gestão do Kassab, mas não fui eu que fiz as regras.

Coordenadora Helena Magozo: Sérgio por favor.

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, eu consigo entender essa vontade, até fico feliz em ver pessoas da área pública tão empenhadas, eu lembro bem, eu participei da Câmara Municipal de São Paulo representando o Instituto de Engenharia e na época teve uma discussão enorme um projeto de ????? falando sobre as pombas que é um problema sério, as fezes das pombas que depois se solidificam, o vento leva e as crianças respiram e aquilo deu um debate na câmara, côco de pomba virou um debate lá na época, que eu na época eu falava que era um debate como tantos outros e a coisa virou um negócio absurdo e eu me lembrei disso agora e eu sou um engenheiro mecânico, não sou afeito a essa área da saúde, então o que eu tenho debatido aqui é um pouco mais filosófico, porque eu acho que no fim essa questão veio para o CONFEMA apenas porque tem um curso de educação junto, mas a verdade disso é como colocou muito bem o senhor conselheiro, essa questão está no lema de uma discussão da cidade de São Paulo, porque



são vários animais domésticos e não domésticos como é o caso das pombas, que tem um relacionamento direto com a gente e que trazem uma série de doenças, uma série de problemas para a cidade e eu acho que está faltando no meio público uma atividade, uma atitude, quando eu fiz o encontro das enchentes dentro da Câmara Municipal, coube a mim porque ninguém queria fazer um levantamento da legislação nos últimos 10 anos que falasse das enchentes da cidade de São Paulo e eu descobri que a prefeitura tinha uma série de obrigações que não cumpria nos últimos 10 anos e a gente estava criando mais legislação para não ser cumprida mas se alguém pegar os anais da minha participação nesse encontro de enchentes, dentro da condição de defesa da água, vai ver de início, desde do tempo da Erundina, desde o tempo do Getúlio Hanashiro e ia lá atrás, legislação que não cumpriam e as enchentes continuavam, então eu tenho a certeza absoluta, que se nós formos dentro da câmara municipal de São Paulo, pegar toda a legislação pertinente a animais e a zoonoses, eu tenho certeza que deve ter legislação, várias legislações que não estão sendo cumpridas porque o problema é grande nessa região de Perus e deve ser mais ou menos parecido em outras regiões da cidade de São Paulo, então eu creio que esse é um problema que não deva ser trazido para o CONFEMA, foi trazido para o Confema porque tem um curso de educação ambiental envolvendo, uma questão que é tão séria, mas a que...

Marilza de Fátima Simoneti: Curso de Educação Ambiental é tão importante, um pouco mais que a castração, que serve para conscientizarmos...

Cons. Hélio Neves: Posso fazer...

Cons. Sérgio Costa: Só terminar Hélio, eu acredito que essa questão deva ser debatida dentro da Câmara Municipal e até deveria já ter tido um orçamento que contemplasse isso e digo mais deveriam ter os nossos deputados estaduais dentro da Assembléia, até colocado essa questão que nós não íamos ter local para guardar tanto cachorro, que é uma coisa que haveria de se prever se você não mata cachorro, você não vai prendendo animal e não vai matando chega uma hora que não tem onde pôe, então nós deveríamos prever outros lugares para por, agora eu fico imaginando o dono do cachorro, porque se eu não me engano senhora tem uma legislação municipal, se eu me lembro bem, tem uma legislação do tempo da ilustríssima prefeita, da excelentíssima prefeita senhora Marta Suplicy que fala de um registro de animais, então se esse cidadão não estão cumprindo com esses registros e a municipalidade não está cobrando deles esses registro, há de se processá-los, eu tenho a certeza que tem essa legislação municipal...

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Existe a legislação.

Cons. Sérgio Costa: Então esse cachorro que está na rua tem um RG, se ele não tendo RG alguém está falhando tem que ir atrás dessa pessoa. Agora...

Cons. Hélio Neves: Eu gostaria de falar

Cons. Sérgio Costa: Separá-los em pobres, ricos dessa cidade vão resolver o problema? Eu não vejo isso, acho que trocamos nosso sistema não é mais capitalista no Brasil, né? Eu fico vendo esse tipo de problema que a gente começa aqui a discutir assim, é pobre então pode isso me deixa magoado, porque pra mim todos nós estamos sujeitos a mesma legislação, eu sou legalista, todas as vezes que eu defendo o Instituto dentro da Câmara por aqui eu sou pela lei, se a lei diz que não mata a gente tem que ir para dentro da Assembléia, dizendo olha tem que matar porque senão não temos onde guardar é porque nessas horas entra em uma questão filosófica que tem muita gente que diz olha eu não posso matar mas come um hambúrguer que tem 20 pedaços de vaca dentro, de 20 vacas



diferentes que foram juntadas no hambúrguer, então a questão é muito além, é uma questão filosófica, deixa de ser técnica, eu acredito que isso deva ser uma questão que deva ser levada para Câmara, mas em todo o caso como deu entrada aqui quero analisar a fundo esse processo.

Cons. Hélio Neves: Só um instantinho por favor, antes de vir para Secretaria do Meio Ambiente eu fui coordenador da Vigilância em Saúde, que não existia nós construímos a partir de 2001 e dentro da vigilância em saúde nós temos uma das atividades era que a gente chamava de vigilância em saúde ambiental e vigilância em saúde ambiental lida com uma série de questões que dizem respeito a meio ambiente e saúde, a água, a questão do ar e a questão da convivência com animais. Convivência com animais é um assunto que tende a ser cada vez mais importante porque as pessoas se aglomeram mais na cidade e ter cão, ter gato e ter pet é um assunto que se tornou da rotina de quase todo mundo, de um lado legal, a gente está cansado de ver a situação de posse irresponsável de pets junto à natureza, pessoal compra uma tartaruga bonitinha nos EUA e consegue trazer pra cá e quando não gosta mais joga no lago da aclimação, joga no lago do Ibirapuera, traz um macaco ??? não sei de onde depois não gostou mais porque não tá tendo condição de criar no parque, esses são problemas extremamente complicados de lidar na cidade e quanto maior a cidade esse assunto se torna cada vez mais complicado. A questão da posse irresponsável de cães e gatos é um assunto que a Secretaria da Saúde principalmente vem tratando já há vários anos, não é assunto fácil, é assunto extremamente difícil, mesmo quando era autorizada a eutanásia, o CCZ fazia uma quantidade grande de eutanásias e mesmo assim não resolve, porque a posse irresponsável de animais é uma coisa que é fora da realidade e não é só pobre não, mas pobre é pior porque na favela não tem nem como prender o bicho dentro do quintal, não tem quintal, o cachorro fica na rua e aí não tem jeito e as populações mais ricas também o sujeito compra um cachorrinho da moda, o cachorrinho procria, não consegue vender as crias e aí o que eles fazem, eles jogam na casa de alguém, jogam em um parque, pela rua, isso tem de tudo, tem gente rica muito rica compra acha que vai ganhar muito dinheiro vendendo bicho aí não dá certo, não dá certo porque começa a dar prejuízo, porque tem que pagar veterinário, tem que fazer isso, fazer aquilo e aí eles se livram do bicho. Então é um assunto que de fato não tem classe social, agora evidentemente que nas classes sociais mais pobres é mais complicado, nós estamos vivendo uma situação difícil ainda quando tinha a possibilidade de eutanásia já existia, já era difícil, agora é mais difícil que é o lançamento de animais nos parques, nós temos matilhas no parque do Carmo, temos matilha dentro do Parque Anhanguera, no Parque Anhanguera a situação está pior que no Parque do Carmo e a coisa está realmente difícil. Essa coisa da política de apelo de ação de esterilização de cães e gatos e educação para posse responsável ela deve acontecer de qualquer jeito, tendo a eutanásia ou não tendo eutanásia, tem que acontecer porque as pessoas não conseguem perceber o dano que causam deixando o seu bicho procriar. Quando a gente fala de posse responsável, quando a gente fala em controle de população de cães e gatos de uma maneira adequada, nós estamos falando de meio ambiente também porque essa situação do lixo que a gente tem, uma parte é problema da estrutura da prefeitura para fazer coleta adequada de lixo, nem todos os lugares tem coleta sistemática, uma parte é educação ambiental, as pessoas às vezes tem coleta, a coleta passa 3 vezes por semana não é pouco, é muito razoável, podia ser 1 vez por semana que seria razoável em muitos lugares, mas as pessoas põem o lixo depois que passam o caminhão, por razões diversas e aí tem o lixo no chão o cachorro vai lá e rasga para catar comida no saco de lixo, a situação fica pior. Quando fala de controle de população de cães e gatos está falando também de melhoramento ambiental, não está falando apenas na proteção a saúde das pessoas, estamos falando também de participar do processo de proteção ambiental no que se diz respeito a controle das populações nas ruas. O debate, se deve ou não ter eutanásia é um espaço para ???, que ??? aonde foi aprovada essa lei e que modificou o modo como se lida com isso no estado de São Paulo,



hoje no estado de São Paulo não é permitido o sacrifício de animais saudáveis de pets, cães e gatos saudáveis, então isso nos rodeia o poder público, a sociedade civil que trabalha com isso, que está interessado no assunto a atuar mais fortemente ainda no controle com essas alternativas de controle por esterilização, por educação para posse responsável, então quando se trazem um projeto dessa natureza, eu acho que não é um projeto que é apenas para lidar com cães e gatos no âmbito da questão do pet, a questão também é de proteção ambiental, eu entendo que sim, e no nosso caso aqui no interesse, ainda tem essa questão em particular que é o fato de que o Parque Anhanguera se tornou um espaço de lançamento de cães e gatos, que é uma coisa absolutamente importante. Agora isso eu gostaria inclusive de dizer que o projeto incorporasse um **????**, como é que ele vai lidar com o parque nessa história, com as áreas verdes porque hoje elas são um espaço de lançamento de animais e a gente também tem um olhar específico pro parque, como vocês vão tratar o parque nesse caso? Pra que a gente consiga de fato ter uma solução para essa situação. Tem algumas questões que precisam ser melhor resolvida, a anuência dos demais participantes, mesmo que seja um órgão público conversando com outro, a Secretaria do Meio Ambiente tem que falar, muito bem nós vamos participar disso, a LIMPURB tem que dizer vamos participar desse processo, queremos contribuir com isso, tanto em educação ambiental de lixo quanto na sistemática de coleta de lixo, onde ela precisa ser feita de maneira correta e adequada, acho que isso é uma necessidade e outra coisa que eu acho que talvez devesse era especificar um pouco mais como vai lidar com a questão dos parques, do Anhanguera em particular, como é que o projeto vai tratar a questão do Parque Anhanguera e a outra coisa que é assim o conselho está pedindo que entrega mais informação, que a **????** traga mais informações, tem alguns estudos não como os do CCZ mas tem estudos feitos por outras instituições de prontificação da população de cães e gatos na cidade, a folha de São Paulo fez uma pesquisa há um ano e pouco na cidade inteira que não foi publicada, mas acho que a gente pode pedir para a Secretaria da Saúde, trazer mais informação e o conselho aprecia na próxima reunião, acho que não é um impedimento dessa conversa ser melhor aprimorada ou esclarecida.

Coordenadora Helena Magozo: Ontem eu estive em Perus que foi apresentado um projeto pelo Instituto São Paulo contra a violência que foi aprovado por esse conselho e eles trabalham o Parque Anhanguera como um centro irradiador de cultura de paz e qualidade ambiental e eles levantaram muitos pontos positivos do Anhanguera e da população que frequênta e uma das questões negativas do Parque Anhanguera está colocada nessa pesquisa do Instituto São Paulo contra a violência, que é excelentíssima Sérgio, é a presença de cães errantes no Parque Anhanguera, quer dizer é uma questão que chamou a atenção do ponto de vista de quem frequênta o parque sobre essa questão, são estudos recentes, a gente tem tudo catalogado esse diagnóstico tudo, então eu acho que o encaminhamento seria a complementação dessa anuência da Secretaria, a quantificação ou as fontes de quantificação dessa população canina, dentro da área de abrangência do projeto, mais alguma coisa que vocês queiram de informação que seria importante? Por favor, Luis.

Cons. Luis Ferrua: Só ficou uma dúvida em relação as ONGs vocês citaram que existem ONGs, mas não, nem as quantificaram e nem qualificaram.

Marilza de Fátima Simoneti: Não.

Cons. Luis Ferrua: Elas existem?

Marilza de Fátima Simoneti: A gente entrou em contato com elas através dos mutirões que o CCZ faz, então esses 3 mutirões que a gente realizou o ano passado foi via CCZ e o CCZ contrata as ONGs para fazer toda a parte operacional do mutirão, entendeu?



Cons. Luis Ferrua: Elas existem?

Coordenadora Helena Magozo: Tem o cadastramento do CCZ das ONGs que trabalham, são ONGs protetoras de animais, o que ela falou aqui é o seguinte como os nossos editais, tem o edital ou um chamamento público que a unidade responsável vai ter que fazer, que é uma licitação chamamento público dizendo, olha eu não sei se é licitação ou chamamento público no caso das ONGs, dizendo, nós queremos determinadas entidades que apresentem habilitação nisso, nisso e nisso e que se disponha a fazer isso, isso e isso e aí que entra a questão do valor, que tudo isso que foi colocado aqui é estimativo, o aluguel, tudo isso é um valor estimativo que eles fizeram na região ou pela prática deles e depois você vai ter que saber pelo processo de contratação que aí tem o processo público mesmo, é que você faz um levantamento para apresentar um projeto, você faz uma estimativa agora diferente das entidades do poder público que elas apresentam 3 valores, para provar que aquele valor é mais ágil nesse sentido as entidades públicas é processo licitatório, não tem alternativa é a única possibilidade legal.

Marilza de Fátima Simoneti: Os preços de esterilização que eu utilizei são os que o CCZ está pagando hoje para as ONGs fazer esse mesmo serviço, então eu copieei, chupei e aí eu coloquei uma estimativa mais ou menos de 0.7, não de 7% de inflação ao ano, porque agora está a crise financeira global, foi isso que eu fiz.

Coordenadora Helena Magozo: Bom gente, então nós vamos recolocar esse projeto na próxima reunião com essas questões adicionais que a gente colocou, se algum conselheiro quiser alguma informação, acho que é interessante pesquisar a questão da saúde ambiental, acho que é uma questão importante de entender o que vem a ser saúde ambiental e essa interface de saúde em meio ambiente que me pareceu às vezes que na fala ficou uma questão desconectada e não bem incorporada então eu acho que a questão de saúde ambiental é importante entender porque que esse projeto se integra com a área de saúde ambiental mesmo de fato e qualquer outra questão que ocorra a vocês, por favor nos mandem até o final da semana que vem para eles terem tempo, porque agora temos reuniões de 15 em 15 dias, para ser reapresentado na próxima reunião.

Cons. Luis Ferrua: Nós temos 30 que você falou para ser analisado, quando?

Coordenadora Helena Magozo: Não, aí é o seguinte, não é você viu Luis, é o seguinte só uma informação que eu passei em off mas eu vou oficializar é que em relação ao edital que nós prolongamos hoje, o edital FEMA nº 07, prolongamos o prazo de entrega já foram entregues até ontem 30 projetos para avaliação da comissão técnica, porque são entidades privadas para avaliação da comissão técnica e depois no momento oportuno vem para a deliberação do CONFEMA.

Cons. Luis Ferrua: Em resumo os 30 vão chegar aqui um dia.

Coordenadora Helena Magozo: Muito mais.

Cons. Hélio Neves: Muito mais. Apenas eu esqueci de falar que quando eu coordenava a vigilância a Helena coordenava a divisão de vigilância em saúde ambiental, então ela é bastante inserida no assunto.

Cons. Luis Ferrua: Eu gostaria no final disso que esse projeto fosse apresentado nesse ínterim porque eu acho que esse projeto é complexo, é complexo e interessante.



Coordenadora Helena Magozo: Na próxima reunião.

Cons. Luis Ferrua: É na próxima reunião ele tem que ser resolvido.

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Inclusive o que eu queria dizer é o seguinte à contaminação ambiental pelas lavas e ovos de parasitas que acabam atingindo as crianças, as contaminações dos parques, mesmo no parque Anhanguera você pode ter uma procriação, uma disseminação de infestação de carrapato no parque, só devido àquela população de cães errantes, ou seja você não consegue controlar esses animais filantrópicos e outras coisas os pombos eles também estão diretamente ligados à falta de higiene e falta da educação das pessoas porque o pombo vai onde tem comida, então não adianta nem matar pombo e nem se preocupar com as fezes é só tirar comida que o pombo vai embora e isso os pombos também é uma das pautas que está dentro do curso dos responsáveis, que na verdade a gente vai englobar todos esses animais filantrópicos, o rato, o pombo, a barata...

Coordenadora Helena Magozo: Lá em casa eu precisei colocar ração para dentro agora, meu cachorro só come dentro de casa...

Juliane Cristina Barbosa de Aguiar Ferreira: Isso.

Coordenadora Helena Magozo: Porque os pombos na hora que eu ia colocar ração era uma pombaiada na minha frente, que me atropelavam. Então eu queria agradecer tanto a Marilza como a Dra. Juliane e na próxima reunião a gente reintroduz o projeto, temos a data sim. Márcia, você informa a data da próxima reunião para as colegas? Obrigada gente, muito obrigada. Marilza e Juliane então eu agradeço a vocês e nós vamos para outro ponto de pauta agora, muito obrigada. Então Miriam, me desculpe viu Miriam que a gente se empolgou com a discussão e acabou passando, por favor então a Miriam tem a inclusão de pauta, que acho que é a questão do parque natural da cratera, né Miriam?

Cons. Miriam Barcellos: Miriam Barcellos, voltando ao assunto que foi apresentado na última reunião em consequência de uma proposta da própria secretaria que localizada uma proposta de um imóvel localizado na cratera, começou-se então a discussão da própria cratera e a sua importância, não só local, municipal como nacional e internacional dentro da geofísica, como eu falei na ocasião e também com a relação à botânica, a paleobotânica que o assunto que me chamou atenção quando obtive maiores informações e bibliografias na Internet e também está relacionada com aquela posição que o conselho apresentou naquela reunião de colaborar também com a secretaria e a população de São Paulo evidentemente com proposições, não apenas com aprovação e desaprovação de projetos enviados, então seria eu tomo a liberdade como conselheira de apresentar esse assunto como a primeira nesse ano de uma proposta do próprio conselho dentro dessa linha de atribuições, eu fiquei especialmente muito interessada nessa pesquisa dentro da monografia que aparece na Internet, que é de acesso de todos, num artigo que fala, que eu fiz a cópia para os nossos conselheiros da própria revista da FAPESP que achei que era a mais interessante e mais significativa, inclusive em colorido, devido à programação da revista que é muito bem cuidada e as fotografias apresentadas inclusive de microscópio, essa revista eu localizei na Biblioteca de Biologia da USP e o interesse especial para mim no caso foi que, ela não só fala, é uma que tem como assunto a cratera de São Paulo são muitas as publicações e assim mas ela apresenta para uma divulgação mais ampla um resultado de uma pesquisa feita por uma professora francesa de paleobotânica que esteve em São Paulo em uma certa época, feito através de financiamento francês e brasileiro e essa pesquisa chegou a conclusão, chegou a localização e a verificação de polens como diz aqui o subtítulo, uma cratera na cidade de São Paulo testemunhando as mudanças



climáticas ambientais dos últimos 100 mil anos, eu acredito que esse subtítulo mostra que esse assunto à cratera ela tem uma ligação direta com a nossa Secretaria do Meio Ambiente, se as mudanças climáticas e ambientais dos últimos 100 mil anos não for o problema, ou preocupação da Secretaria do Meio Ambiente eu não sei o que seriam realmente as nossas preocupações e acredito que nós devemos como conselho do meio ambiente apresentar a Secretaria uma proposta, eu já apresentei não sei se vocês lembram na outra reunião que foi levantado aqui, inclusive com aquela apresentação brilhante do grupo da secretaria que trabalha na APA, que seria apresentarmos ou ficarmos solidários e colaborarmos no que fosse necessário, com que fosse possível na retirada organizada, humanizada com todas as, tudo que é necessário, inclusive apoio social e tudo, para fazermos a retirada, trabalhar no sentido de colaborar com a possibilidade de remoção dos atuais moradores dentro da cratera, o embasamento para isso aparece nesse próprio artigo que eu estou trazendo para vocês e uma segunda proposta a que eu estaria apresentando hoje seria entrar em contato com o Professor Oscar Matsuura, professor aposentado do Instituto de Astronomia Geofísica em Ciências Atmosférica, IAG, da USP porque ele aparece nesse artigo, entre outras coisas, opinando que a vocação do local seria para um parque temático que atendesse toda a cidade de São Paulo, como existem alguns extraordinários nos EUA, eu mesma tive a ocasião de visitar alguns e ele acredita que seria não só temático no que se refere a patrimônio natural mas também quanto patrimônio antropológico, eu acrescentaria histórico pelo fato da região ter sido tombada pelo CONDEFAT por vários motivos inclusive histórico e pela preocupação da própria secretaria, quanto o aumento na área da região de colônia, acabou de ser tombado a casa do Periquito como sítio arqueológico e a secretaria com o trabalho da Lucia Juliani, com o apoio da Secretaria do Verde. Agora quanto ao problema das pessoas em áreas irregulares a folha do dia, do último domingo, 17 de maio fala em 6.000.000 de pessoas em áreas irregulares, aquela área ou assentamento em sítios dos colonos alemães, que determinou inclusive o nome de colônias para o local, foi feito no século XVIII pelo próprio Dom Pedro I e depois com a valorização da área, enfim outras situações essas chácaras foram vendidas e tal, esse não é ilegal, agora e também o da cratera tem um aspecto que precisa ser investigado porque esse grupo procurou com advogados e como eu disse da última vez e acompanhados por vereadores, um vereador, a secretaria da participação, não sei qual foi a decisão como eu disse daquela vez mas eu estava trabalhando naquela época junto ao secretário e tomei conhecimento e foi daí o início de interesse pela cratera, então é nesse sentido que eu estou fazendo essa proposta, primeiramente aos outros conselheiros meus pares e em seguida a própria secretaria para apoiar essas iniciativas, dentro das funções da secretaria apoiar essa ação da proposta de ação e colaboração do conselho, então seria de uma forma mais rápida essa minha fala, mas eu tenho alguns destaques nesse artigo que eu passei para os outros conselheiros, aqui na primeira página fala dessa pesquisa da professora de paleobotânica francesa com vários detalhes, fala também opinião de outro professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo que é o professor Cláudio Riccomini, que é um professor que dedicou praticamente a sua vida em estudo de crateras no Brasil e ele diz que geologicamente essa cratera é única por estar fechada e isolada por suas bordas, essas bordas é que estão ameaçadas pela ocupação, essas bordas foram formadas provavelmente, são hipóteses ainda, pelo impacto de um corpo celeste, mas também precisa ser provado, isso precisa ser provado apesar de alguns...

Coordenadora Helena Magozo: Acho que o Osvaldo enfatizou isso quando ele veio aqui.

Cons. Miriam Barcellos: Exatamente, eu acionei ele, depois na sala dele ele voltou a esse assunto, esse é um motivo que eu acredito mais que suficiente para se pensar nessa desocupação de uma forma metódica, sistemática apoiada por todas as leis que existem e pelas possibilidades de construção de casas e residências para essas pessoas como falou o nosso colega, representante do sindicato de engenharia, esse seria um dos motivos



porque as provas que são válidas no mundo científico, seria encontrar elementos de minerais enfim, de outros, fora da terra, isso se encontra em vários lugares, tem até um grupo que só pensa nisso no Brasil, eu descobri e achei curioso e são sinais e evidências, agora o sinais vão desaparecendo com aquela ocupação enfim, apesar do decreto do tombamento falar explicitamente do que pode ser aprofundado no lugar, das escavações e tal, são coisas insuficientes para essa preservação, agora outra coisa que por experiência própria na década de oitenta, quando eu defendi minha tese na USP que não foi nessa área, que isso fique bem claro, foi que o mundo científico, as pesquisas e conhecimentos elaborados nas universidades, eles circulam só praticamente só na esfera científica, mesmo essa revista que é divulgação é realmente não alcança todo mundo e a todas as pessoas, então existe um fosso direto, como diz os ingleses entre os conhecimentos científico e a sua aplicação na vida prática e o seu retorno para resolver problemas da população, a preocupação com a divulgação científica não é de hoje, ela começou praticamente, acho que todo mundo sabe, ela começou com Einstein no momento do lançamento da bomba atômica e a comunidade científica se preocupa em justamente em passar e repassar de uma forma acessível para toda a população do mundo os conhecimentos científicos para que eles não sejam inclusive mal aproveitados, mal até pouco, no uso da energia atômica, no caso da bomba atômica. Eu acredito que essa revista da FAPESP, com as teses que são apoiadas por ele seja um dos veículos dessa divulgação. Então eu acho assim...

Coordenadora Helena Magozo: Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Deixa eu terminar.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho assim, eu vou encaminhar para o pessoal da DUC, acho que é super interessante.

Cons. Miriam Barcellos: Não, claro. A apresentação deles foi brilhante a gente percebe que o trabalho deles é um trabalho apaixonado de técnicos e pessoas que realmente se dedicam de corpo e alma. E as propostas de políticas públicas para aquele local são excelentes. Agora o caso da cratera é único, inclusive fala-se que essa cratera, os nossos cientistas dizem aqui que essa cratera é única, como eu já disse, preservar as bordas e por ter por questões climáticas esse acúmulo de sedimentos dentro desse pântano que não acontece por exemplo, evidentemente no deserto do Arizona que é a maior cratera do mundo, então eu acredito que se tivermos, se os outros conselheiros concordarem e nós tivermos da Secretaria a licença de contatar esses dois professores e convidá-los para vir fazer uma apresentação aqui, poderemos discutir essa proposta que ele tem já há muito tempo do Parque Temático e que nós acrescentaríamos um histórico e poderíamos ter mais elementos, inclusive aprofundarmos nesse assunto e inclusive colaborar com a secretaria, não só com a secretaria mas com o meio científico, nesse empenho que eles tem que é um empenho que eles esperam da população, é um retorno que eles esperam, um apoio que eles esperam porque eles trabalham realmente de uma forma isolada e por mais que eles queiram se aproximar das soluções reais.

Coordenadora Helena Magozo: Eu me comprometo a encaminhar para a DUC essa contribuição e até ver de que forma podia sintetizar essa questão dessas outras contribuições científicas que estão chegando.

Cons. Miriam Barcellos: Tá certo. Não tão chegando, essa publicação é de 2006

Coordenadora Helena Magozo: Não, não, tá chegando no sentido de você tirou a cópia eu imagino que eles não conheçam e espera um posicionamento deles em relação as...



Cons. Miriam Barcellos: Gostaria de trabalhar junto com eles, não sei se os outros conselheiros estão de acordo e junto com a secretaria numa empreitada que eu acredito que seja o momento certo, porque é um momento que o próprio governo inclusive estadual tá propondo um parque linear no em torno do rodoanel que foi decidido ter, partindo ali de Varginha que é Parelheiros também, em cima das águas da represa que vai causar realmente um movimento de afluência de moradores isso é sabido e para prevenir ele está propondo esse parque linear ali, que é uma proposta junto com a Secretaria do Verde. Agora, dentro dessas propostas todas incluindo o alto valor daquele viaduto em cima da água, que é impressionante a solução encontrada pelo governo de São Paulo, que não é propriamente ligada aos danos ambientais mas com aquele objetivo final de levar produto mas rapidamente a Santos, nós sabemos que o rodoanel a intenção é essa, não é nem melhorar o trânsito da cidade, nem coisa nenhuma, bom mas enfim é muito dinheiro investido ali, dentro desses interesses do governo, também do estado, poderíamos conciliar isso tudo na área e mais o interesse científico que não é só local é mundial e os propósitos nosso de realmente pensarmos no meio ambiente, não só no futuro como se está pensando agora, por circunstância que todos conhecem como também estudando essas mudanças no passado que só essa cratera, entre as outras que existem no mundo, podem apresentar. Então é essa a minha proposta, espero que eu esteja respondendo aos anseios do conselho, nessa intenção de ser pro-ativa, essa palavra pro-ativa está sendo usado para muita coisa, eu preferia, é assim com o Parque Temático também para brinquedos ou coisa assim, mas foi o que o professor apresentou, as palavras vão se esvaziando de sentido se elas são muito utilizadas, a gente sabe, mas dentro do sentido mesmo com que foi constituído esse conselho.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu acho que é só importante, super bem-vinda a colaboração eu vou levar para o setor técnico, eu acho que em momentos em que se discute essa questão de deliberações ou de posições do conselho, em relação aos projetos na verdade o CONFEMA ele tem o recorte muito específico, eu não posso escapar dele, quer dizer, enquanto política pública, eu vou conversar com o setor de que forma essas contribuições vão sendo engajadas, vai sendo dado um retorno para a conselheira e para os conselheiros interessados em relação a essa questão.

Cons. Miriam Barcellos: Eu gostaria de aproveitar essa reunião, para já tirar uma nuance da secretaria e de outros conselheiro para já encaminhar um contato com esses professores, porque faz parte isso...

Coordenadora Helena Magozo: Isso, o Miriam, isso eu dependo realmente de estar conversando com o grupo técnico, porque você viu, eles são pessoas altamente interessadas, eles também tem o círculo de relação grande então com certeza acho que eles não tendo feito ainda essa relação com certeza eles buscarão. Eu vou conversar com o grupo técnico e trago uma posição com relação a isso.

Cons. Miriam Barcellos: Muito bem, eu gostaria de deixar aqui firmado mais uma vez que o conselho tem uma grande vantagem, mesmo formado por pessoas representantes do governo e está aqui dentro de uma secretaria ele tem uma grande vantagem, ele tem a liberdade de opinar, a liberdade de atuação que vem do fato de elementos aqui serem indicados pela população com eu firmei hoje junto ao procurador, pela procuração, essa liberdade é a liberdade com que eu expresse às vezes com muita veemência, porque é o que me traz aqui sempre, porque é uma liberdade que nós devemos assumir como represento a população porque nós fomos indicados, escolhidos por eles e isso é uma motivação suficiente para estarmos aqui e defendermos nossas idéias e as idéias que a gente acha que corresponde a ansiedade da população, inclusive no caso da população científica. Obrigado.



Coordenadora Helena Magozo: Obrigada, algum conselheiro? Sérgio desculpe, outra, ele sugeriu também uma outra inclusão de pauta. Desculpa, Sérgio, os cachorrinhos me tiraram...

Cons. Sérgio Costa: Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, queria parabenizar a Miriam, mais uma vez concordar com a Helena na questão que cabe a mim como conselheiro apoiar essa questão do Parque da Cratera e os estudos, agora não vejo também fazer através do CONFEMA, fazer através das Secretarias e na ONGs estarmos unindo forças com a Secretaria e também trazer o professor acho que a partir disso ter sido emitido para a área técnica, eu tenho certeza que a área técnica deve dizer sim, são pessoas gabaritadas, conhecidas e não teríamos porque não escutá-los, mas eu não vejo o caminho aqui dentro do CONFEMA, que aqui cabe a gente aprovar os projetos e ter uma deliberação em cima desses projetos, mas eu queria levantar uma questão que pra mim é muito importante, eu conversei com o senhor secretário Eduardo Jorge, já fiz outras vezes aqui a proposta de que o CONFEMA aumente de tamanho na sua parte administrativa, os funcionários normalmente são retirados de outras áreas para apoiar o CONFEMA e eu vejo com muito bom olhos, é com muito prazer que eu vejo desde o primeiro instante o CONFEMA crescendo então como administradores públicos também vejo de que nós nos precavemos de amanhã termos mais projetos do que pessoas com condições de analisá-los, esse crescimento pra mim é muito salutar e eu acho que desde já, apesar que o senhor secretário ter me colocado formalmente que o prefeito congelou a questão de contratação, eu acho que vale a pena redigir um documento, dizer, olha senhor prefeito o CONFEMA vem em um crescimento assim, assim, contar esse histórico até porque o prefeito tem muita coisa na cabeça, não passa o dia, as 24 horas, prestando atenção no CONFEMA, então mas uma vez eu pediria que nós fizéssemos o documento pertinente, mostrando a qualidade desses funcionários que se envolveram, mas que tem outros afazeres, então que houvesse uma carga nesse sentido ou esses funcionários vem definitivamente para o CONFEMA, ou que sejam pessoas designadas, aí é uma questão do prefeito, mas eu gostaria de ressaltar que eu gostaria muitíssimo de ver o CONFEMA mudar de tamanho, não sei se dará tempo até porque eu fico até julho, então eu tenho muito a agradecer esse conselho, dos temas todos que debatemos, as pessoas que eu viajei junto, que fomos fazer aquele curso em Brasília, eu tenho muito a agradecer a esse conselho, é um cargo honorífico que eu exerci com muita honra em nome dos meus pares do Instituto de Engenharia, e vou deixar para o último dia para fazer um agradecimento geral, mas desde já quero dizer aos senhores que eu adoraria ver o CONFEMA estruturado, com uma estrutura profissional, computadores, gente trabalhando e nós temos aí 700, 800, 10.000 projetos e temos hoje essa visão que tantas vezes eu escuto aqui da sociedade civil tomando pra si a responsabilidade de dizer eu quero tais projetos. E de nós termos esse caminho trilhado com muita facilidade por organizações é que tem capacidade de gerir seus próprios projetos e nós viríamos aqui apenas para apoiá-los. É um grande sonho eu sei que muito mais gente também pretende ver o dia assim no conselho e o primeiro passo já foi dado com a criação do conselho e agora é o crescimento desse conselho. Muito Obrigado.

Cons. Hélio Neves: Sérgio eu agradeço, acho que a gente pode encaminhar sim, agora penso para mandar, acho que já deve ter sido informado a vocês, vocês leram, vocês receberam a lei que **????** a secretaria, pela primeira vez o conselho, ouço os dois conselhos, estão em parte em um departamento, não havia uma estrutura específica para isso, havia o conselho e pessoas que trabalhavam no conselho, agora existe um departamento que foi criado para dar suporte a esse conselho, ao CADES e aos conselhos das subprefeituras, claro que a secretaria vem crescendo em várias áreas, a necessidade de recurso humanos, de gente, de estrutura vai aumentando, inclusive nós estamos avaliando a **???** de mudar de prédio, porque o prédio já não comporta mais o uso técnico



que a secretaria acabou de alguma maneira atraindo e mesmo com ??????????????????, agora estamos chamando mais 50 fiscais, para **esse ambiente**, chamamos 30, chamamos os agrônomos, vem chamando aos poucos mas em vista a secretaria aumentou **????** essas atividades de técnicos da secretaria que também é uma maneira de engrossar as nossas fileiras. Então acho que podemos mandar ao prefeito, como uma solicitação do conselho, mas eu peço para mandar que o conselho desde a atuação da lei ele passou a contar com a estrutura que era mais robusta para dar conta de dar suporte, precisa de mais gente é verdade, de espaço, então as coisas têm que mudar para melhor. Obrigado.

Cons. Miriam Barcellos: Se eu puder falar, eu acredito também que há necessidade de aumentar o número de representantes no conselho, somos muito poucos.

Coordenadora Helena Magozo: Aí é uma questão da lei.

Cons. Miriam Barcellos: Para um volume tão grande, é uma questão da lei, para um grande volume de projetos.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu gostaria de agradecer a todos e a próxima reunião Márcia?

Márcia: Dia 09 de junho.

Coordenadora Helena Magozo: É dia 09 de junho. Muito obrigada.